

Boletim de Conjuntura

DISTRITO FEDERAL

Número 15 – 4º trimestre de 2020

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha
Governador

Marcus Vinicius Britto
Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA - SEEC
André Clemente Lara de Oliveira
Secretário

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL -
CODEPLAN
Jeansley Lima
Presidente

Juliana Dias Guerra Nelson Ferreira Cruz
Diretora Administrativa e Financeira

Clarissa Jahns Schlabit
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Daienne Amaral Machado
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Renata Florentino de Faria Santos
Diretora de Estudos Urbanos e Ambientais

EQUIPE RESPONSÁVEL

Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas | DIEPS

Diretora – Clarissa Jahns Schlabit

Gerência de Contas e Estudos Setoriais - Gecon

Gerente - Jéssica Filardi Milker Figueiredo

Carlos Alberto Reis

Eurípedes Regina Rodrigues de Oliveira

Sandra Regina Andrade Silva

Renato Costa Coitinho

Revisão de Original e Copidesque

Nilva Rios

Heloísa Herdy

Sumário

Introdução

Seção I – Economia Brasileira

Seção II – Atividade Econômica do Distrito Federal

Seção III – Análise de Preços

Seção IV – Mercado de Trabalho

Considerações finais

Introdução

O quarto trimestre de 2020 encerrou um ano atípico e de grande incerteza econômica, marcado por uma pandemia global e por inúmeros desafios jamais vivenciados pelo país. Nele foi possível verificar dois momentos distintos. O primeiro de continuidade do movimento de flexibilização das medidas adotadas para combater o novo coronavírus, enquanto o segundo, mais próximo do final do período, foi marcado por uma intensificação das medidas de isolamento social e imposição de regras ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais. Esse cenário embasa as análises da décima quinta edição do Boletim de Conjuntura do Distrito Federal e ajuda a explicar o comportamento do Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal (Idecon/DF), que evidencia de forma mais tempestiva a performance do mercado da capital federal.

Ressalta-se que o processo de retomada da atividade econômica ainda enfrenta diversos desafios associados às restrições de operação ainda impostas a diversos setores econômicos e à falta de confiança da população, de forma que os resultados encerram o ano aquém dos registrados em 2019. Nesse cenário, as diversas medidas de incentivo fiscal oferecidas pelos governos federal e distrital se tornam visíveis nos indicadores locais, observando-se no Distrito Federal uma trajetória de crescimento, diferentemente da brasileira, além de uma menor taxa de inadimplência na série do indicador, conjuntamente com um saldo de crédito a pessoas físicas historicamente alto.

A inflação de 2020, por sua vez, teve seu comportamento influenciado por uma melhora da demanda no segundo semestre, em função da recuperação do poder de compra da população por meio do recebimento do auxílio emergencial, da contratação de crédito e da redução do desemprego, associada a uma contração da oferta, prejudicada pelo menor nível de produção e pelo aumento das exportações estimulado pela desvalorização do Real frente ao Dólar, especialmente em produtos alimentícios.

Já os números do mercado de trabalho refletem uma queda acentuada no número de contratações e um aumento dos desligamentos no primeiro semestre de 2020 diante da redução do nível de atividade econômica. Frente a uma conjuntura desfavorável, muitos optaram por não procurar uma ocupação. Apenas a partir do terceiro trimestre, o quadro desenhado começa a se reverter. Com a flexibilização das atividades comerciais, houve melhora das perspectivas, de forma que foi possível verificar uma redução do desemprego associada a um aumento da participação da população no mercado de trabalho.

O Boletim é, portanto, uma ferramenta capaz de informar e orientar a tomada de decisão dos diversos atores da sociedade do Distrito Federal e, assim, colaborar para tornar as políticas públicas mais eficientes. Para isso, descreve a situação dos mercados nacional e distrital a partir de uma ampla gama de estatísticas econômicas, dando publicidade aos resultados do Idecon/DF, nas duas primeiras seções. Em seguida, avalia o nível de preço mensurado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para distinguir a inflação incidente sobre os diferentes estratos sociais da capital. Os resultados do mercado de trabalho são analisados na quarta seção. Por fim, apresentam-se as considerações finais com as expectativas de mercado e as perspectivas que podem ditar o nível de atividade econômica no início do ano de 2021.

Seção I

Economia Brasileira

Economia brasileira

1. Sumário

A economia brasileira alcançou a segunda alta consecutiva do ano no quarto trimestre de 2020, observando um incremento de 3,2% em relação ao trimestre anterior. Porém, a sucessão de bons resultados não foi suficiente para compensar as perdas do primeiro semestre, marcado por fortes restrições ao pleno funcionamento da economia brasileira impostas para combater a disseminação do novo coronavírus. Dessa forma, no acumulado de quatro trimestres, o país registrou queda de 4,1%.

A concessão de auxílio emergencial e de outros benefícios financeiros direcionados às famílias, empresas e aos governos estaduais e municipais teve importante papel para que a retração não fosse ainda maior. Já a manutenção da taxa Selic em patamares baixos colaborou para que a Taxa de Investimento em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do país crescesse para 16,4%, se elevando em 1.1 ponto percentual (p.p.) em comparação aos 15,3% de 2019.

Com a melhora do desempenho econômico, o Brasil conseguiu reverter a destruição de vagas de emprego formal, registrando um saldo positivo de 142,69 mil postos de trabalho em 2020, de acordo com o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED). Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADCT), apesar do aumento líquido de 3,72 mil vagas, a taxa de desemprego nacional ficou em 13,9%, percentual acima dos registrados no período pré-crise.

O nível de preços, mensurado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou alta de 4,52% em 2020. A pressão inflacionária do ano esteve focada, principalmente, no grupo de *Alimentação e Bebidas* (+14,09%), de forma que atingiu mais duramente as famílias de mais baixa renda do país.

O aumento dos gastos do governo federal para ampliar as proteções sociais financeiras fez com que o déficit do resultado primário do Governo Federal aumentasse em 681,7% em 2020 em relação ao ano anterior e alcançasse a marca de R\$ 743,09 bilhões de acordo com os dados da Secretaria do Tesouro Nacional.

Diante do exposto, é fácil verificar que o ritmo de recuperação da economia brasileira perdeu um pouco de força no quarto trimestre de 2020, mas se manteve acima das perspectivas do mercado, garantindo um melhor resultado para o ano do que aquele antevisto no auge da crise epidemiológica mundial.

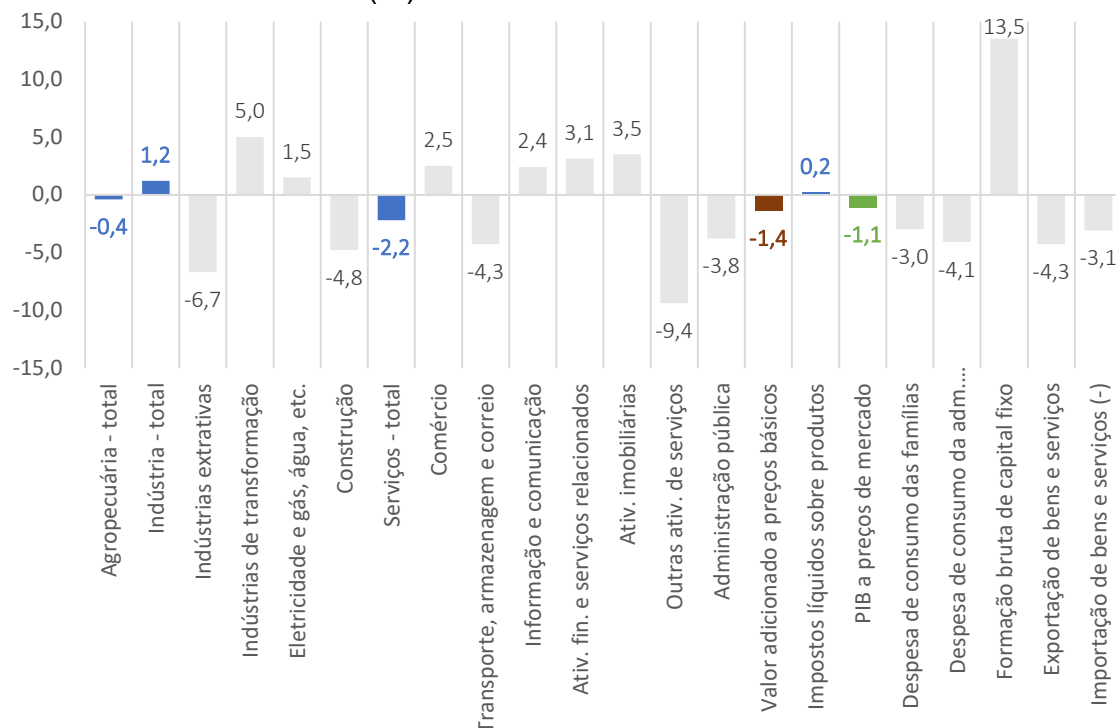
2. Nível de atividade

Resultado do 4º trimestre

A economia brasileira conseguiu novo resultado positivo no último trimestre de 2020, registrando alta de 3,2%¹ em relação ao trimestre imediatamente anterior. O incremento observado no nível de atividade produtiva do país retrata a combinação de fatores que atuaram como desestímulo, provocado pelas medidas restritivas impostas como forma de combate à disseminação do novo coronavírus, e como impulsos, por meio de benefícios concedidos pelo governo federal na forma de auxílios monetários às famílias e de benefícios fiscais às empresas. Já a perda do vigor da recuperação pode estar associada ao início da segunda onda de contaminação e, conseqüentemente, à necessidade de retomar um posicionamento protetivo.

Apesar da melhora, quando comparado com o mesmo trimestre de 2019, verifica-se uma queda de 1,1% (Gráfico 1). Nessa base de comparação, de acordo com os dados divulgados pelo sistema de Contas Nacionais Trimestrais (CNT) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas a Indústria (+1,2%) registrou crescimento, influenciada pelo bom desempenho das Indústrias de Transformação (+5,0%), impulsionadas pela alta na fabricação de máquinas e equipamentos; fabricação de produtos de metal; metalurgia; e fabricação de produtos de borracha², o que também repercutiu positivamente sobre a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) do país (+13,5%).

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto – Variação no trimestre contra o mesmo trimestre do ano anterior (%) – 4º trimestre de 2020 – Brasil



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

¹ O percentual já considera os ajustes sazonais.

² Informação disponibilizada pela agência de notícias do IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30165-pib-cai-4-1-em-2020-e-fecha-o-ano-em-r-7-4-trilhoes>.

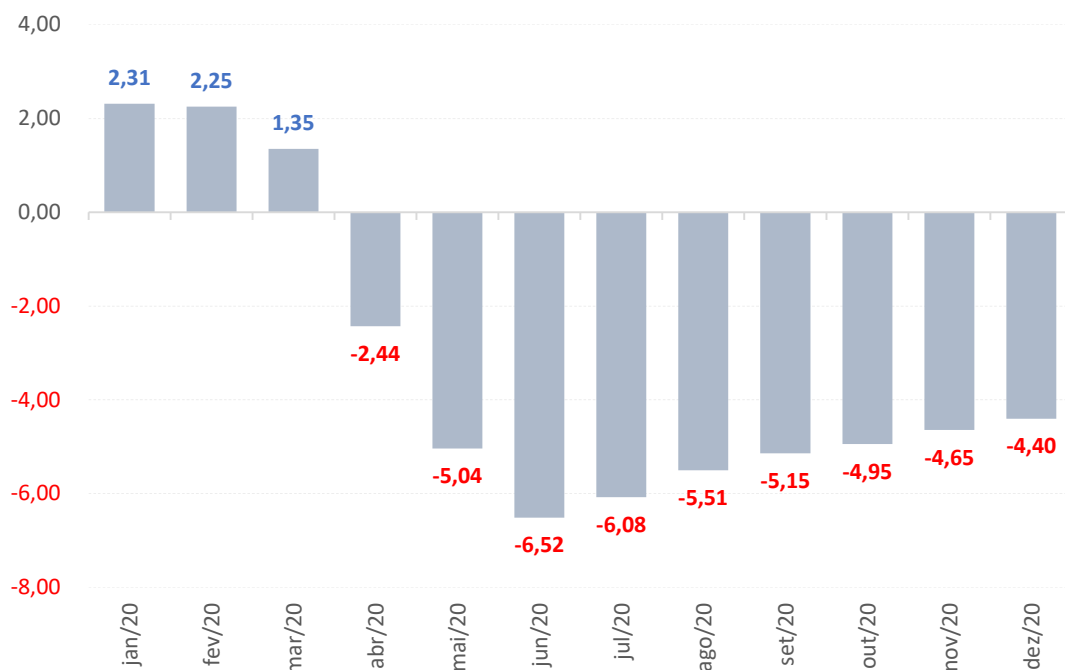
Os Serviços, por sua vez, contraíram-se em 2,2% entre outubro e dezembro de 2020 em relação ao mesmo período de 2019. Esse comportamento se deve às perdas constatadas nos segmentos de Outras atividades de serviços (-9,4%), Transporte, armazenagem e correio (-4,3%) e Administração pública (-3,8%). Importante mencionar que esse setor foi o mais afetado pelas ações adotadas contra a COVID-19. A Agricultura permaneceu estável no último trimestre de 2020 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior com uma variação negativa de 0,4%.

Pela ótica das despesas, o Consumo das famílias teve queda de 3,0% em relação a igual período do ano anterior, assim como o Consumo da administração pública (-4,1%), as Exportações (-4,3%) e as Importações (-3,1%), demonstrando uma demanda ainda debilitada.

Acumulado em 4 trimestres

Os caminhos da economia brasileira, em 2020, foram ditados, em grande parte, pelo enfrentamento à pandemia da COVID-19. Enquanto o primeiro semestre foi marcado por um forte decréscimo, o segundo apresentou uma tendência de alta que reverteu parte das perdas de forma que, no acumulado nos quatro trimestres de 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional registrou queda de 4,1%. O percentual ficou acima das expectativas do mercado, que chegou a projetar uma variação negativa de 6,52% em junho (Gráfico 2), auge das medidas restritivas.

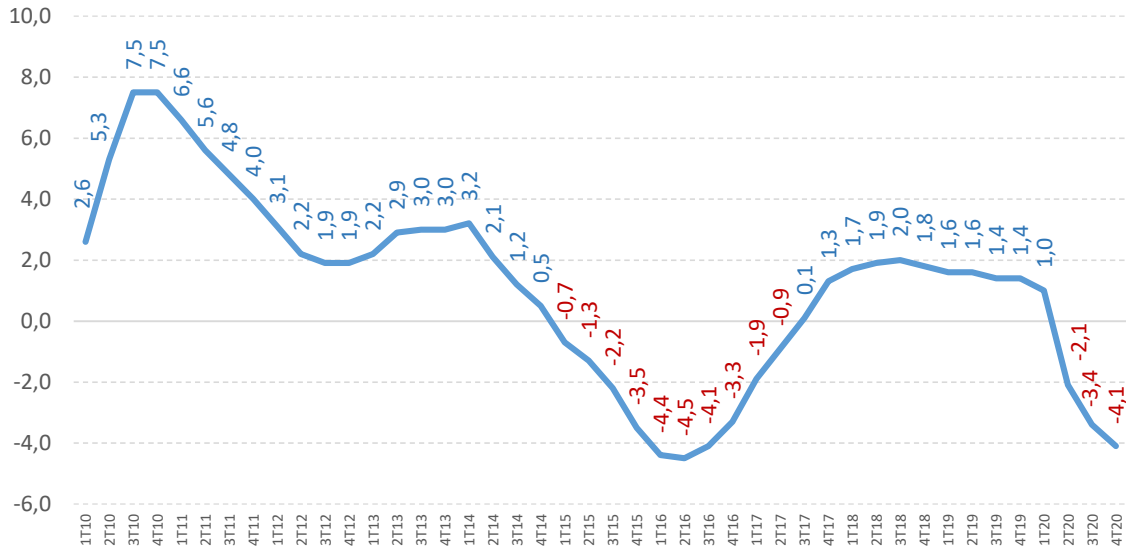
Gráfico 2 – Produto Interno Bruto – Mediana das expectativas de crescimento do PIB brasileiro em 2020, por mês – Brasil



Fonte: Sistema de Expectativas de Mercado/BCB. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

Em uma perspectiva histórica, o resultado acumulado em 2020 ante o mesmo período do ano anterior é o pior desde o início da série, em 1996, e supera o percentual registrado em 2015 e 2016, anos de crise econômica (Gráfico 3).

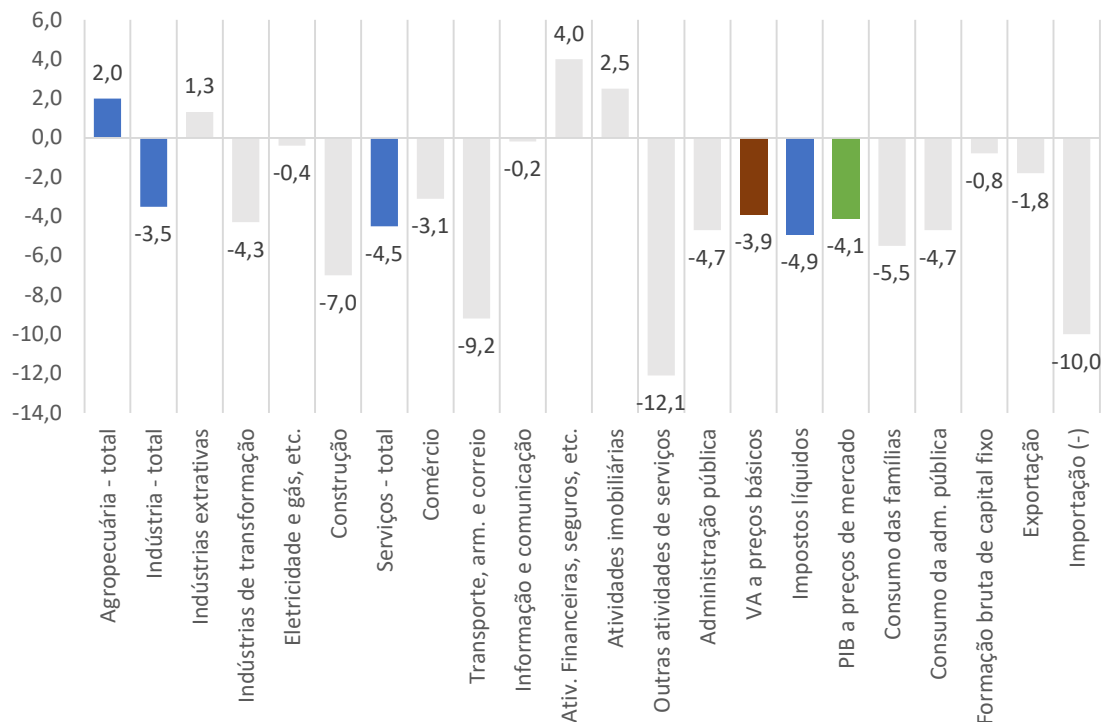
Gráfico 3 - Produto Interno Bruto – Variação acumulada em quatro trimestres contra o mesmo período do ano anterior (%) – 1º trimestre de 2010 a 4º trimestre de 2020 – Brasil



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

A atividade produtiva mais prejudicada foi a de Serviços, que encolheu 4,5% em 2020 (Gráfico 4). Isso se deve, entre outros fatores, ao fato de que esse setor abrange os segmentos que tiveram o seu funcionamento suspenso por mais tempo ou sua capacidade de atendimento reduzida. Nessa base de comparação, somente as Atividades Financeiras (+4,0%) e as Atividades Imobiliárias (+2,5%) registraram uma variação positiva em 2020.

Gráfico 4 – Produto Interno Bruto – Variação acumulada em quatro trimestres contra o mesmo período do ano anterior (%) – 4º trimestre de 2020 – Brasil



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

A Indústria retraiu 3,5%, puxada pelas reduções observadas nos segmentos de Construção (-7,0%), Indústria de transformação (-4,3%) e Eletricidade e gás (-0,4%). As Indústrias extrativas contribuíram para que essa queda não fosse ainda maior, tendo registrado crescimento de 1,3% em relação a 2019 devido à alta na produção de petróleo e gás que compensou a queda da extração de minério de ferro.

Em 2020, o Brasil teve nova safra recorde de grãos. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) informa que a produção agrícola cresceu 4,5% em relação ao ano passado, apresentando também ganhos de produtividade, o que compensou o fraco desempenho das atividades pecuárias e de pesca, garantindo uma alta de 2,0%.

Pela ótica das despesas, que representa como os indivíduos estão empregando as suas rendas, verifica-se uma intensa queda na demanda interna. Isso fica evidente com a contração das Importações (-10,0%), que reflete o consumo nacional de bens produzidos no exterior, do Consumo das famílias (-5,5%) e do Consumo da administração pública (-4,7%).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a queda do consumo das famílias é a maior dos últimos 25 anos e figura como umas das principais responsáveis da retração do PIB brasileiro em 2020, uma vez que representa 60,0% do seu valor. Nesse cenário, é importante mencionar que a concessão do auxílio emergencial, que permitiu que as famílias mantivessem o consumo de bens essenciais durante a pandemia, ajudou que a retração não fosse ainda maior.

De acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), as famílias brasileiras planejaram consumir menos em 2020. A Pesquisa de Intenção de Consumo das Famílias³ (ICF) revelou uma queda de 15,9% quando comparados o índice médio de 2020 com o do ano anterior, interrompendo a progressiva recuperação do indicador iniciada em 2016, após a crise financeira mundial (Gráfico 5).

O comportamento do indicador é explicado, principalmente, pela redução da perspectiva de consumo, ou seja, de aquisição de bens e serviços no futuro, bem como pela avaliação de que o momento não era propício para a compra de bens duráveis. A ICF também mostra que a contenção na intenção dos indivíduos de comprar está, em parte, associada às variações negativas no emprego atual, nas perspectivas profissionais e na renda, presente e futura.

³ A Pesquisa de Intenção de Consumo das Famílias (ICF) é um indicador com capacidade de medir, com a maior precisão possível, a avaliação que os consumidores fazem sobre aspectos importantes da condição de vida de sua família, tais como a sua capacidade de consumo (atual e de curto prazo), nível de renda doméstico, segurança no emprego e qualidade de consumo, presente e futuro. Em outras palavras, é um indicador antecedente do consumo, a partir do ponto de vista dos consumidores, tornando-o uma ferramenta poderosa para o planejamento do comércio e de outras atividades produtivas.

Gráfico 5 – ICF – Evolução da Intenção de Consumo das Famílias, média trimestral – Brasil – 1º trimestre de 2015 a 4º trimestre de 2020 - Número-índice



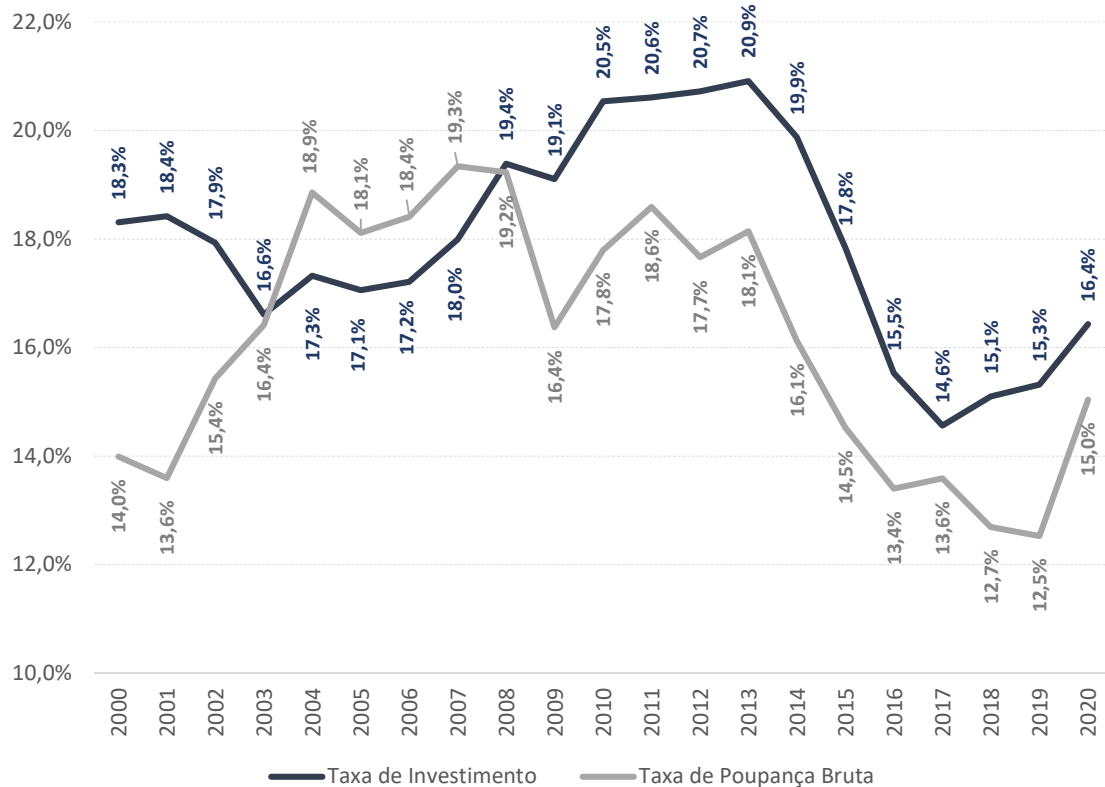
Fonte: CNC. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Dessa forma, é possível perceber que o receio de contrair dívidas diante de uma conjuntura desfavorável fez com que as famílias brasileiras reduzissem seus gastos com a compra de bens e serviços, fator que contribuiu para as perdas desses setores produtivos. Segundo dados do IBGE, a demanda por Serviços registrou um decréscimo de 7,8% no volume no acumulado de 2020 ante o patamar observado em 2019, enquanto no Comércio esse percentual foi de 1,5% na mesma base de comparação.

Outro fenômeno associado à diminuição do ritmo de consumo da população brasileira é o aumento da poupança. A incerteza com os rumos da economia diante da conjuntura de pandemia estimulou às famílias a guardarem recursos para possíveis necessidades futuras. Dessa forma, houve um incremento, em termos nominais, de 20,7% na poupança bruta avaliada pelo IBGE, elevando para 15,0% o seu valor em relação ao PIB (Gráfico 6). Em 2019, esse percentual foi de apenas 12,5%.

Já a Taxa de Investimento, que mensura o valor da FBCF em função do PIB, cresceu 1,1 ponto percentual (p.p.), saindo de 15,3%, em 2019, para 16,4% em 2020. No entanto, é preciso ponderar que o aumento descrito é fruto de uma queda no nível de atividade econômica (-4,1%) superior à registrada na FBCF (-0,8%), que permaneceu praticamente estável no ano de 2020. Diante dessa consideração, ainda é possível identificar uma clara tendência de recuperação do nível de investimento do país, o que é importante para elevar o potencial de produção nacional e, conseqüentemente, acelerar o ritmo de crescimento da economia brasileira.

Gráfico 6 – Investimentos – Evolução da taxa investimento e da taxa de poupança bruta, em porcentagem do PIB brasileiro – Brasil – 2000 a 2020 – % do PIB



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

Ademais, vale mencionar que a relativa estabilidade diante da retração econômica experimentada em 2020 é, por si só, um ganho significativo e cuja raiz pode estar na manutenção de uma taxa de juros básica, a Selic, em patamares historicamente baixos. Essa política monetária, que visou à redução do custo de contratação de crédito, facilitou o acesso aos recursos necessários para a construção de máquinas e equipamentos no país.

Esse movimento merece destaque, pois pode ditar um ritmo mais acelerado da economia nacional após à eliminação de todas as restrições impostas ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais e à circulação de pessoas.

3. Mercado de trabalho

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de divulgação trimestral (PNADCT) mostram que o número de pessoas ocupadas cresceu 4,5% entre o terceiro e o quarto trimestre de 2020, alcançando 86,2 mil trabalhadores. Dessa forma, a taxa de desemprego nacional caiu para 13,9%⁴.

⁴ No terceiro trimestre de 2020, esse percentual era de 14,6%. Assim, houve uma queda de 0,7 ponto percentual.

Ainda que o valor esteja acima da média observada no ano anterior⁵, é possível observar uma melhora no mercado de trabalho, que passou a absorver um maior contingente da mão de obra a procura de uma colocação, assim como das perspectivas dos trabalhadores, que voltaram a acreditar na possibilidade de conseguir uma vaga, já que se verificou um incremento na taxa de participação de 55,1%, no terceiro trimestre, para 56,8% no quarto trimestre.

No quarto trimestre de 2020, a criação de novas vagas formais também se acelerou, apresentando um saldo positivo de 720,14 mil postos de trabalho, segundo informações do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED). Esse número representa uma alta de 3,1% ante as 698,40 mil vagas abertas no trimestre anterior. No ano, os saldos positivos observados entre os meses de julho a novembro de 2020 conseguiram reverter a destruição de postos observada entre março e junho, período de restrições mais acentuadas ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais, de forma que houve criação líquida de 142,69 mil empregos formais. O maior saldo positivo foi registrado na Indústria, responsável por 95,59 mil dos postos de trabalho gerados em 2020, seguido pela Agropecuária (61,64 mil vagas). O setor de Serviços, por sua vez, amarga uma destruição líquida de 12,28 mil vagas.

4. Inflação

Em 2020, o nível de preços cresceu 4,52% de acordo com os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no mercado brasileiro. O percentual é o mais alto desde de 2016. A pressão inflacionária esteve concentrada, majoritariamente, no grupo *Alimentação e Bebidas* (+14,09%). As demais categorias de bens e serviços apresentaram altas de preço, porém menos intensas, e apenas o grupo *Vestuário* (-1,13%) observou deflação. As características desse aumento de preços, mais proeminentes em produtos essenciais, colaboraram para que as famílias de mais baixa renda fossem as mais afetadas pela inflação do período. Isso fica claro ao verificar que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)⁶ fechou 2020 em 5,45%, 1,03 ponto percentual (p.p.) acima do IPCA do período.

Importante mencionar que a inflação guarda um aspecto positivo se considerado que ela pode representar uma retomada do consumo das famílias e, conseqüentemente, uma melhora do seu poder aquisitivo.

⁵ A taxa de desemprego média observada em 2019 foi de 11,9%.

⁶ O INPC analisa o comportamento dos preços para famílias com rendimento de um a cinco salários mínimos, enquanto o IPCA captura a inflação para uma gama mais ampla de famílias, avaliando aquelas com renda de um a 40 salários mínimos.

5. Política fiscal e monetária

O déficit do resultado primário do Governo Federal ficou em R\$ 44,11 bilhões no quarto trimestre de 2020, valor que representa um aumento real de 188,4% em relação ao mesmo período do ano anterior de acordo com os dados da Secretaria do Tesouro Nacional. O montante registrado no último trimestre do ano elevou para R\$ 743,09 bilhões o rombo nas contas públicas, que é quase 8 vezes superior ao de 2019 (R\$ 95,06 bilhões). De uma forma geral, isso se deve a um movimento conjunto de queda das receitas de arrecadação que, em termos reais, apresentou uma redução de R\$ 193,2 bilhões (-13,5%) e aumento da despesa total, que se elevou em R\$ 477,6 bilhões (+31,1%), quando comparados ao mesmo período de 2019.

O aprofundamento dos dispêndios do setor público é explicado, principalmente, pela concessão de auxílios financeiros como forma de mitigar os efeitos negativos da pandemia sobre o poder de compra das famílias brasileiras. Entre eles, destacam-se o Auxílio Emergencial, Auxílio Financeiro Emergencial Federativo e Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda voltados para subvencionar as famílias, os estados brasileiros e as empresas, respectivamente.

As intervenções monetárias do governo federal centraram-se na manutenção da taxa de juros de referência da economia brasileira, a taxa Selic, no menor nível dos últimos anos. Em agosto de 2020⁷, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM) a reduziu para 2,00% ao ano a fim de reduzir os custos de contratação de crédito e, assim, estimular o consumo e os investimentos. De acordo com o Banco Central, o saldo de crédito destinado a pessoas jurídicas cresceu 13,1% entre 2019 e 2020, enquanto o contratado por pessoas físicas aumentou 10,1%.

⁷ O Copom reduziu a taxa Selic de 2,25% para 2,00% em 5 de agosto de 2020.

Seção II

Atividade Econômica do Distrito Federal

1. Sumário

A economia do Distrito Federal se manteve estável no quarto trimestre de 2020, variando +0,2% em relação ao mesmo trimestre de 2019, de acordo com os dados do Idecon-DF. O desempenho é resultado do crescimento da Agropecuária e Indústria, cujos indicadores avançaram 3,8% e 2,5%, respectivamente. Já o setor de Serviços, apresentou estabilidade (variação de +0,1%) na mesma base de comparação. As medidas restritivas às atividades comerciais do Distrito Federal adotadas para combater a disseminação da Covid-19 na região, adotadas no fim do primeiro trimestre, foram flexibilizadas gradualmente ao longo dos meses seguintes. Dessa forma, os prejuízos à economia local concentraram-se no segundo trimestre de 2020, com indícios de recuperação no terceiro e um movimento de estabilização no quarto.

No acumulado do ano de 2020, a capital federal apresenta variação negativa de -0,8%, influenciada pela retração de 1,3% na Indústria e de 0,8% nos Serviços. A Agropecuária foi o único setor a apresentar crescimento no período, com expansão de 3,0%. Ainda assim, o resultado foi superior ao observado no cenário nacional, onde a variação foi de -4,1% no ano.

O ritmo lento da economia local reflete sobre as análises setoriais divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE. A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) detalha como a pandemia influenciou no comportamento do comércio varejista ampliado do DF, apontando uma redução de -5,2% no acumulado no ano, apesar da alta observada no comércio de móveis e eletrodomésticos (+33,4%) e de material de construção (+9,3%). A Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), por sua vez, sinaliza uma contração de 10,5% no mesmo período. A performance negativa foi alavancada pelos Serviços prestados às famílias (-39,1%) e pelo segmento de Transportes (-24,5%).

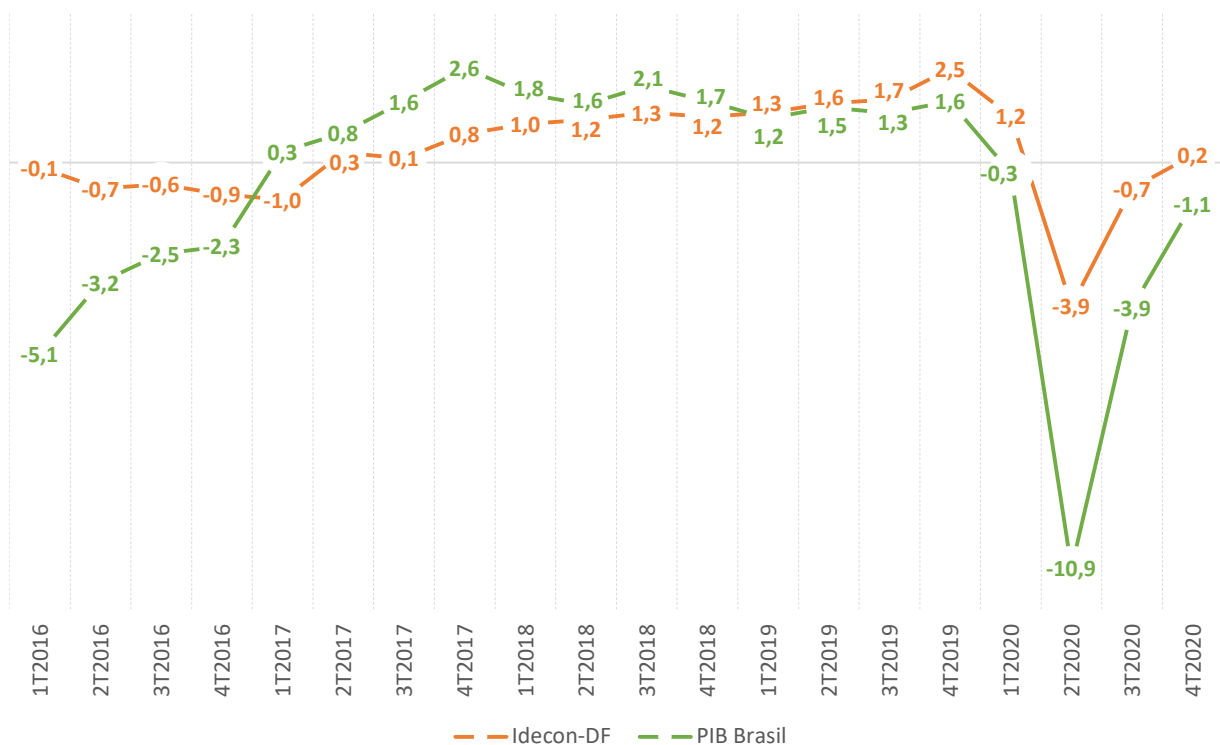
Por fim, os indicadores auxiliares, que demonstram a relação do mercado distrital com o sistema financeiro e o exterior, indicam uma recuperação do rendimento real dos indivíduos e uma maior captação de crédito pelas pessoas físicas e jurídicas. Isso representa um aumento dos recursos disponíveis para consumo e investimentos. Já em termos de trocas internacionais, houve uma deterioração do saldo na balança comercial da região, parcialmente influenciada pelo aumento da compra de medicamentos pela União.

2. Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal – Idecon-DF

Resultado do 4º trimestre

O Distrito Federal apresentou estabilidade de desempenho econômico no último trimestre de 2020, registrando uma variação de +0,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Apesar de tímido, o valor representa uma ascensão nítida em relação aos dois trimestres anteriores, quando foi de -3,9% e de -0,7%. As medidas restritivas às atividades comerciais no Distrito Federal adotadas para combater a disseminação da Covid-19 na região, adotadas no fim do primeiro trimestre, foram flexibilizadas gradualmente ao longo dos meses seguintes. Dessa forma, os prejuízos à economia local concentraram-se no segundo trimestre de 2020, com indícios de recuperação no terceiro e um movimento de estabilização no quarto. O percentual observado no trimestre é maior do que o resultado obtido pelo Produto Interno Bruto (PIB) do país que, de acordo com o IBGE, foi de -1,1% na mesma base de comparação. A evolução da taxa trimestral dos dois indicadores é apresentada no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Nível de atividade econômica: PIB-Brasil e Idecon-DF – Trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – 1T2015 a 4T2020

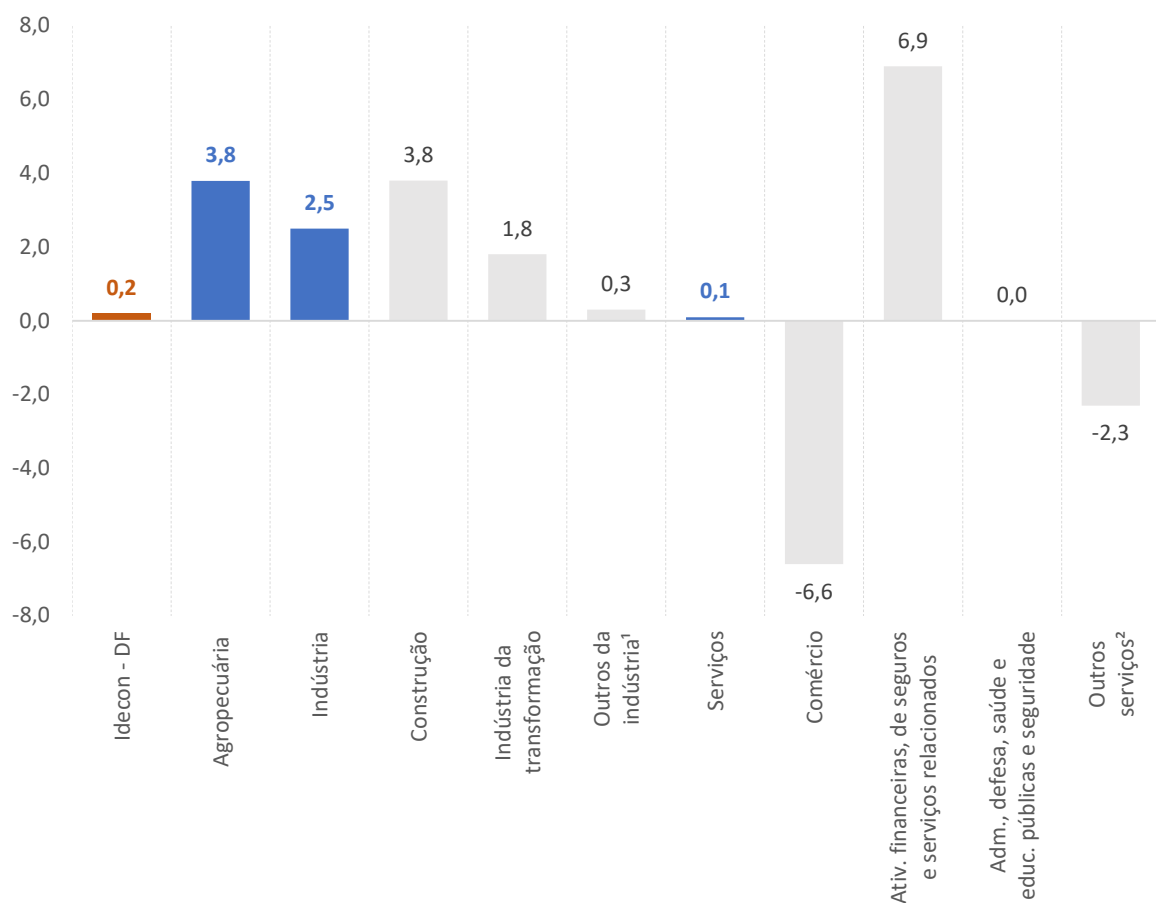


Fonte: Codeplan e IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

Mesmo após a retomada generalizada das atividades econômicas locais, apesar de ainda sujeita a limitações de horas de funcionamento e ocupação, a pandemia afetou de forma diferente os setores produtivos da economia. Setores essenciais permaneceram operando de forma mais constante, enquanto outros, como bares e restaurantes, ainda lutam para recuperar a confiança dos consumidores em frequentar seus estabelecimentos.

Dessa forma, a Agropecuária, responsável pela produção de bens tão importantes, como são os alimentos, e beneficiada também por uma supersafra em 2020, foi o setor com maior crescimento no quarto trimestre de 2020. A Agropecuária registrou alta de 3,8% em relação ao mesmo trimestre no ano anterior, impulsionada pelo aumento de 11,3% na produção de soja e de quase 100% na produção de sorgo. O resultado, no entanto, não teve forte influência sobre o indicador geral da região devido ao fato desse setor não possuir grande representatividade na estrutura produtiva do Distrito Federal, colaborando com apenas 0,5% da economia local.

Gráfico 2 - Idecon-DF: Variação Trimestral (%) por Segmentos de Atividade Econômica – Distrito Federal – Trimestre em relação ao mesmo trimestre no ano anterior – 4T2020



¹ Extrativa mineral e Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

² Informação e Comunicação; Alojamento e alimentação; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; Educação e saúde mercantis; e Serviços domésticos; Transporte, armazenagem e correio e Atividades imobiliárias.

Fonte: Codeplan. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

A Indústria, por sua vez, também apresentou variação positiva, porém, menos intensa, de 2,5% em relação ao quarto trimestre de 2019. A maior contribuição veio da categoria da Construção (+3,8%), que apresentou seu maior resultado trimestral desde o quarto trimestre de 2012. O segmento merece destaque pelo fato de ser intensivo em mão de obra. Isso significa que a expansão apontada nesse indicador, pode refletir positivamente sobre o mercado de trabalho local. As Indústrias de transformação também registraram crescimento (+1,8%) na comparação com os dados anteriores.

A categoria de Outros da indústria foi a única a permanecer perto da estabilidade, com variação de +0,3% em relação ao último trimestre de 2019. Ainda assim, o resultado esteve acima dos verificados nos dois trimestres anteriores, quando foi de -6,6% e de -0,6%, nessa ordem. Com a retomada mais consistente das atividades econômicas locais, o consumo de eletricidade e água pelos estabelecimentos comerciais e industriais do DF, tende a gradualmente retornar aos patamares observados nos anos anteriores.

O último setor a ser analisado, o de Serviços, representa 95,3% da economia do Distrito Federal e, portanto, é o de maior peso na determinação do dinamismo produtivo da região. Esse grupo econômico exibiu a menor variação na base de comparação do quarto trimestre de 2020 contra o mesmo trimestre de 2019, explicando o resultado tímido do Idecon-DF no período. As atividades terciárias⁸ da capital federal se mantiveram estáveis entre outubro e dezembro de 2020, em comparação ao nível verificado em igual período de 2019, com variação de +0,1%. O resultado desse setor reflete, principalmente, a contração de 6,6% nas atividades de Comércio.

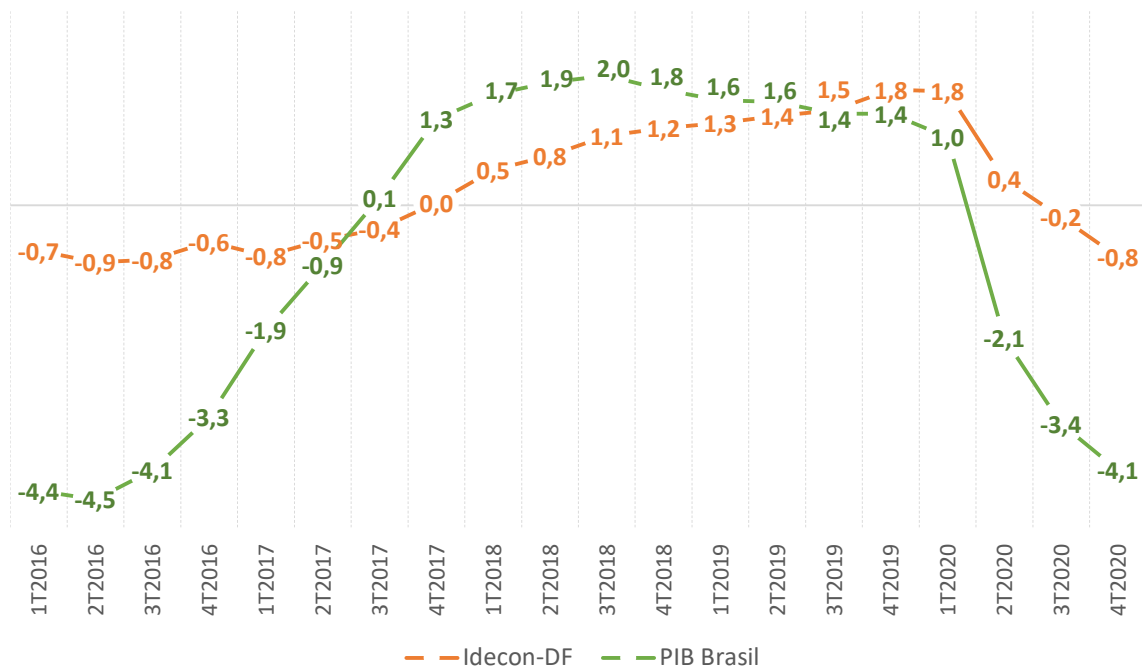
Em contrapartida, as Atividades financeiras, de seguros e de serviços relacionados da capital federal, registraram alta de 6,9% na comparação com o quarto trimestre de 2020, com o mesmo trimestre de 2019. Isso pode estar associado ao fato de as taxas de juros se encontrarem em um patamar historicamente baixo, o que estimula as transações financeiras e as contratações de crédito. O Idecon-DF também mostra estabilidade na Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (variação nula) e ainda uma redução de 2,3% em Outros serviços.

Acumulado em quatro trimestres

O Idecon-DF encerrou o ano com uma contração de 0,8% em suas atividades econômicas. É a maior contração anual desde o início da série histórica do indicador, em 2012, bem como o segundo resultado negativo consecutivo na taxa acumulada em quatro trimestres, como mostrado no Gráfico 3. Em nível nacional, o desempenho tímido da economia no quarto trimestre do ano, levou à taxa acumulada de -3,4% no trimestre anterior para -4,1% no encerramento do ano.

⁸ Setor Terciário (também conhecido como Setor de Serviços) é aquele que engloba as atividades de serviços e comércio de produtos.

Gráfico 3 – Nível de atividade econômica: PIB-Brasil e Idecon-DF – Taxa acumulada em quatro trimestres contra igual período do ano anterior – 1T2015 a 4T2020



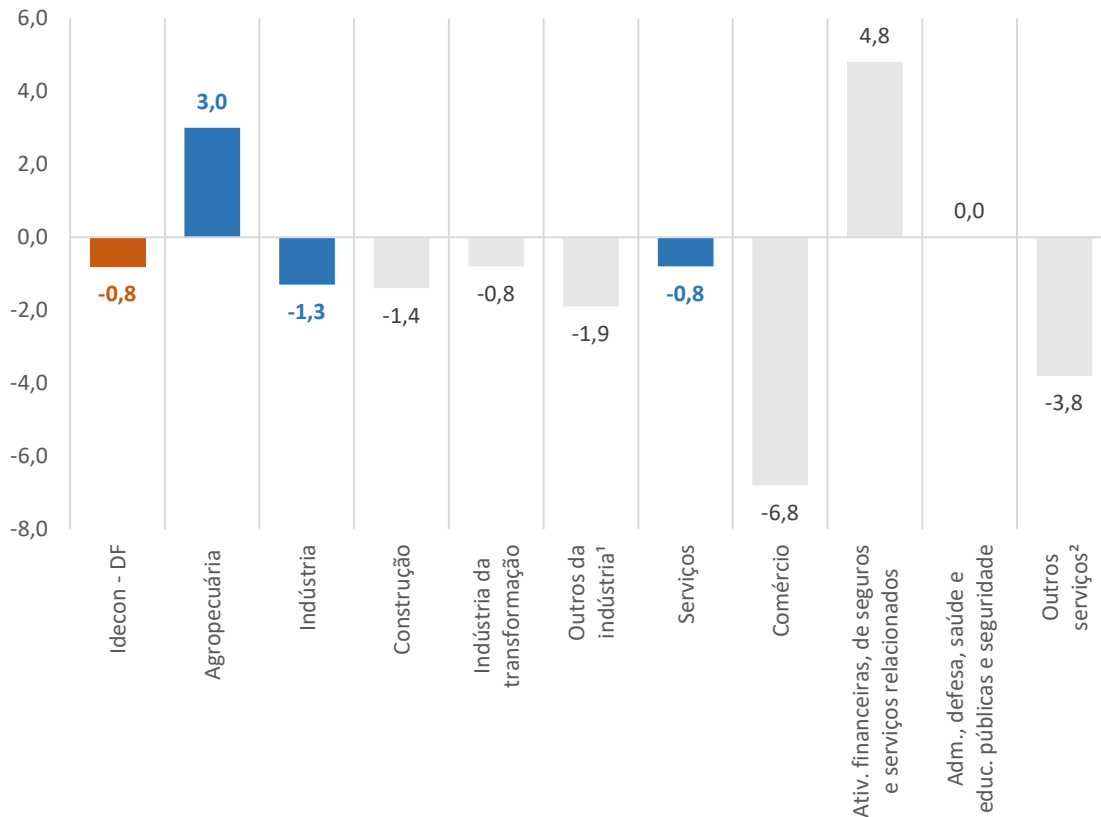
Fonte: Codeplan e IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

A análise mais detalhada por setor produtivo, com base nos percentuais apresentados no Gráfico 4, revela que a Agropecuária do Distrito Federal sustenta seu percentual positivo, indicando uma performance consistente. As atividades demonstraram um aumento de 3,0% na taxa acumulada em quatro trimestres, o maior percentual dentre os grandes grupos econômicos da capital. O resultado foi sustentado por altas de 2,5% na safra de milho, 12,0% na de soja e 75,8% na de sorgo.

Os demais setores, porém, apresentaram variações negativas no ano. A Indústria apresentou contração de 1,3%, com queda em todos seus segmentos. Entre eles, destaca-se a Construção, que apresentou queda de 1,4% em 2020, apesar do seu resultado positivo em três trimestres do ano, mas não sendo capaz de reverter a variação de -12,5% no acumulado em quatro trimestres observada entre abril e junho. Já a Indústria da transformação variou -0,8%, enquanto o segmento de Outros da indústria retraiu 1,9%.

Por fim, o setor de Serviços apontou contração de -0,8% no ano. O Comércio foi o principal destaque negativo do setor em 2020, caindo 6,8%, a maior retração anual desde 2016. Esse resultado ilustra mais uma vez o quanto o segmento foi atingido pela pandemia da Covid-19. Os Outros serviços, também apontaram resultado negativo (-3,8%), enquanto as Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (+4,8%) seguraram a queda do setor como um todo. Já a Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social teve variação nula no ano.

Gráfico 4 - Idecon-DF: Variação acumulada em quatro trimestres (%) por segmentos de atividade econômica – Distrito Federal – Variação do período ante mesmo período do ano anterior – 4T2020



¹ Extrativa mineral e Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

² Informação e Comunicação; Alojamento e alimentação; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; Educação e saúde mercantis; e Serviços domésticos; Transporte, armazenagem e correio e Atividades imobiliárias.

Fonte: Codeplan. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

O panorama descrito pelo Idecon-DF evidencia, que a pandemia da Covid-19 teve importante papel na desaceleração do ritmo de atividade da economia local ao longo de todo o ano, tendo, mesmo após a reabertura dos estabelecimentos comerciais da região que afetaram em especial os segmentos dedicados ao fornecimento de bens e serviços considerados não essenciais para a população. Em contrapartida, a Agropecuária, dedicada exclusivamente à produção de alimentos, experimentou alta, em parte impulsionada por uma supersafra em 2020 e pela ausência de restrições à sua atividade produtiva. Mas os efeitos da pandemia continuaram a ser sentidos no último trimestre do ano e devem prejudicar o processo de retomada da recuperação econômica ao longo de 2021.

Para auxiliar o entendimento dos resultados no trimestre, analisa-se, em seguida, indicadores conjunturais sobre o comércio e o setor de serviços não financeiros, bem como de parâmetros auxiliares de crédito e comércio exterior.

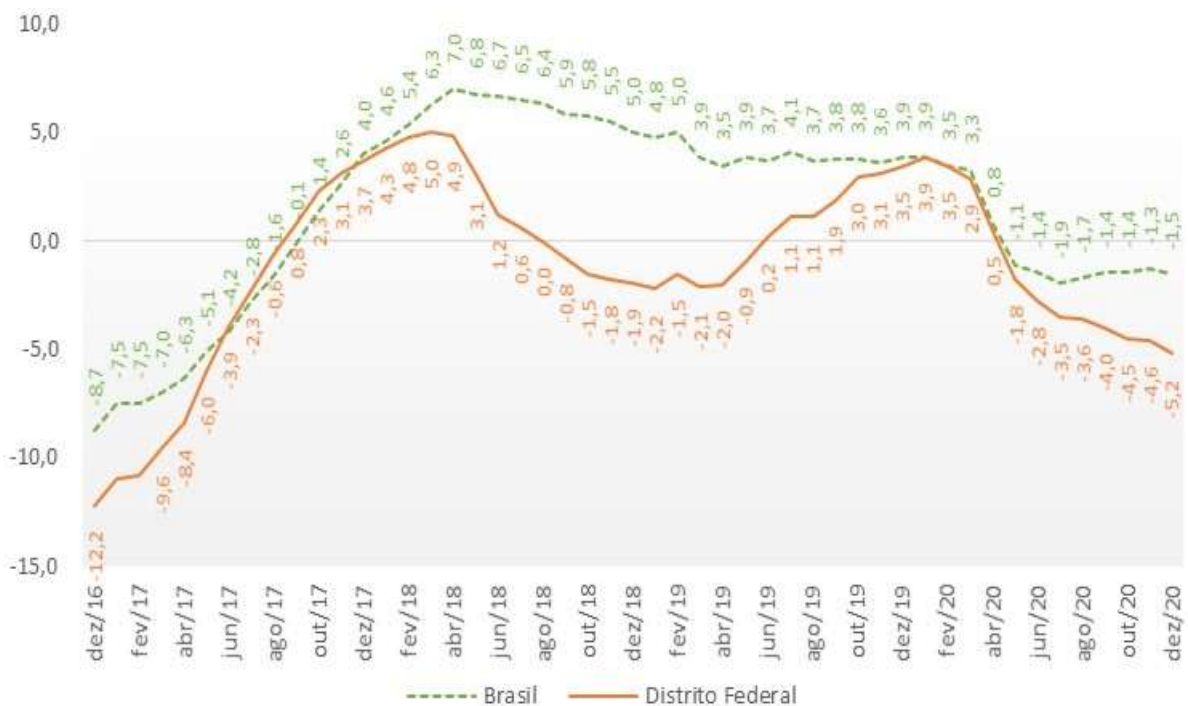
3. Comércio

O Distrito Federal encerrou o ano de 2020 com uma retração acumulada de 5,2% em seu volume de vendas no comércio varejista ampliado. Embora negativo, a queda é menos intensa do que a verificada nos segundo e terceiro trimestres, quando foi de 10,6% e de 7,1%, respectivamente.

Esse resultado ilustra a intensidade com que a pandemia da Covid-19 afetou a economia local. Isso se reflete não apenas na redução das vendas pelo fechamento de lojas e estabelecimentos, mas também pela perda do poder de compra da população diante do período prolongado de alta taxa de desemprego na região. Ainda assim, a melhora no indicador ao longo do ano, aponta sinais de recuperação do comércio distrital com a reabertura das atividades econômicas. O percentual, divulgado pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE, é menor que a média nacional (-1,5%) para o ano de 2020.

Como demonstrado no Gráfico 5, a variação do comércio do Distrito Federal acumulada em 12 meses, apresentou consecutivas retrações a partir de fevereiro, conforme os meses do ano anterior foram saindo do indicador e sendo substituídos pelos de 2020. Assim, a contração percebida pelo Distrito Federal nas atividades classificadas como comércio varejista ampliado, entre janeiro e dezembro de 2020 contra igual período do ano anterior, ficou 3,7 p.p. abaixo da observada em nível nacional.

Gráfico 5 - Variação acumulada em 12 meses do volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado - (%) - Brasil e Distrito Federal - dezembro de 2016 a dezembro de 2020

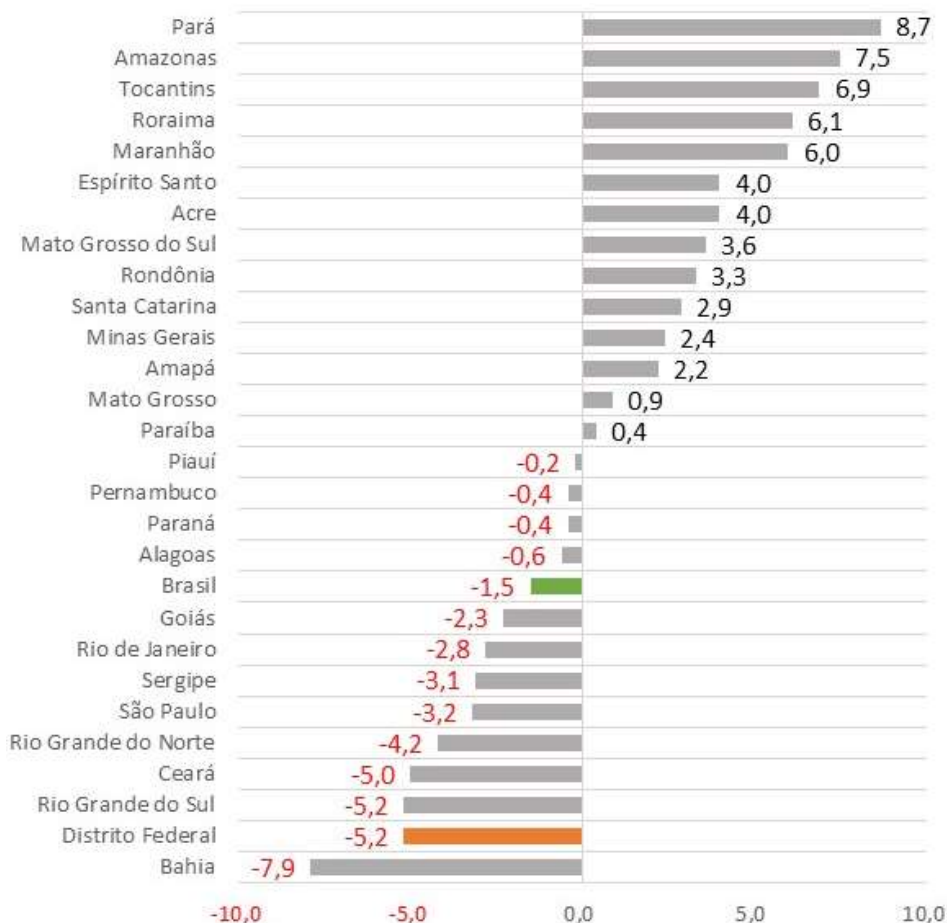


Fonte: IBGE. Elaboração: Gecon/Dieps/Codeplan

⁹ Considera o período compreendido entre março de 2019 e fevereiro de 2020.

Uma possível explicação para esse comportamento é que, as medidas de restrição foram adotadas em momentos e intensidades distintos pelas UFs, de forma que houve uma compensação entre o desempenho do comércio nos Estados com a suspensão das atividades comerciais e aqueles que ainda não haviam adotado ações dessa natureza, ou que já haviam iniciado seu processo de liberalização.

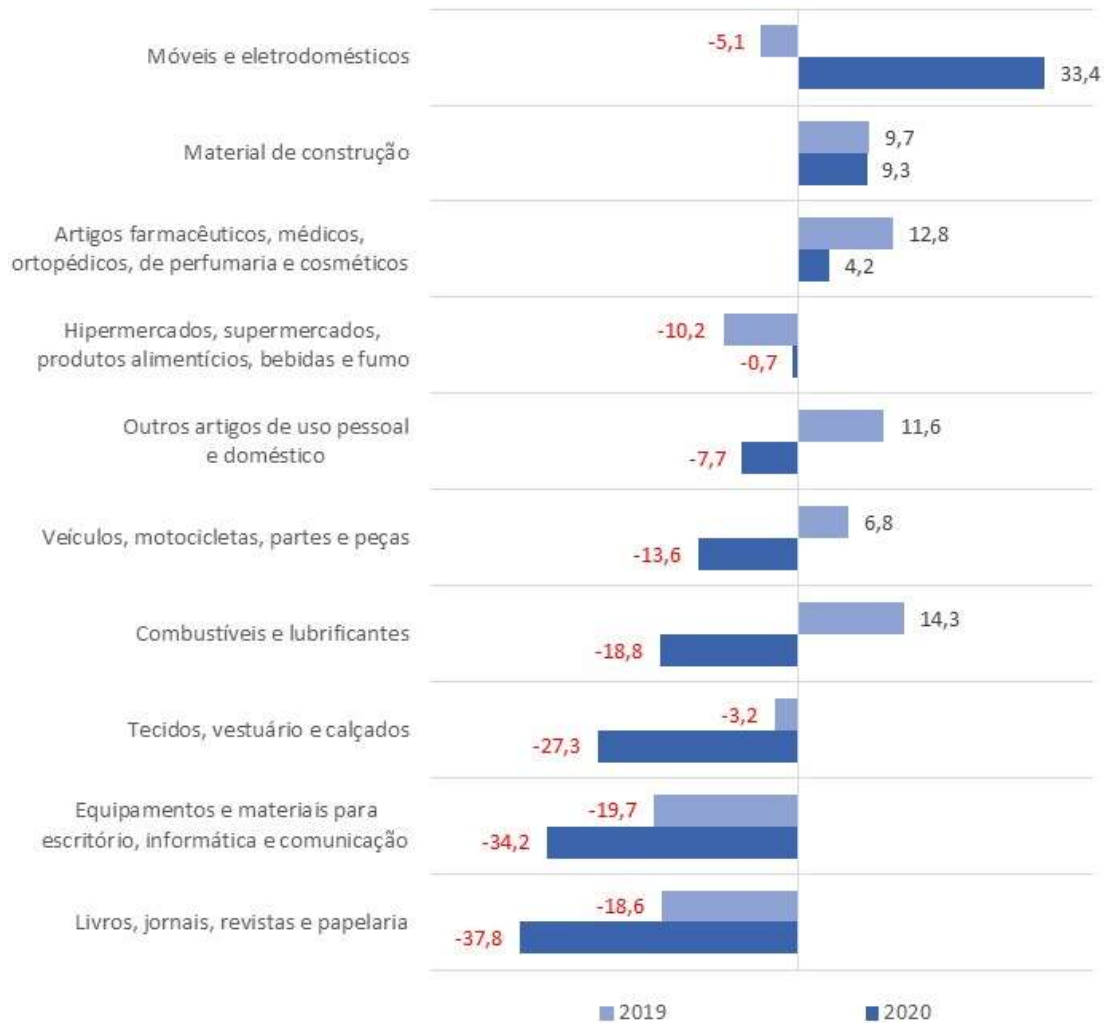
Gráfico 6 – PMC: Volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado – Variação acumulada no ano – (%) – Brasil e Unidades Federativas – dezembro de 2020



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

Quando os segmentos são analisados separadamente, é possível perceber que alguns fogem do desempenho insatisfatório do comércio agregado. Afinal, as medidas e restrições adotadas no combate a Covid-19, não foram iguais para os diferentes tipos de comércio, impactando mais duramente aqueles com alto potencial de gerar aglomerações. E menos àqueles que comercializam produtos essenciais ou possuem um atendimento mais individualizado. Assim, observando o Gráfico 7, Móveis e eletrodomésticos e Material de construção – insumo para reformas e pequenos consertos – apresentaram crescimentos no volume de comércio acumulado em 2020 de 33,4% e 9,3%, nessa ordem. Os Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, dada sua natureza essencial, também mantiveram variações positivas no ano, apresentando crescimento de 3,2%.

Gráfico 7 – Variação do volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado, por segmentos – Variação acumulada no ano – (%) – Distrito Federal – 2019 e 2020



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

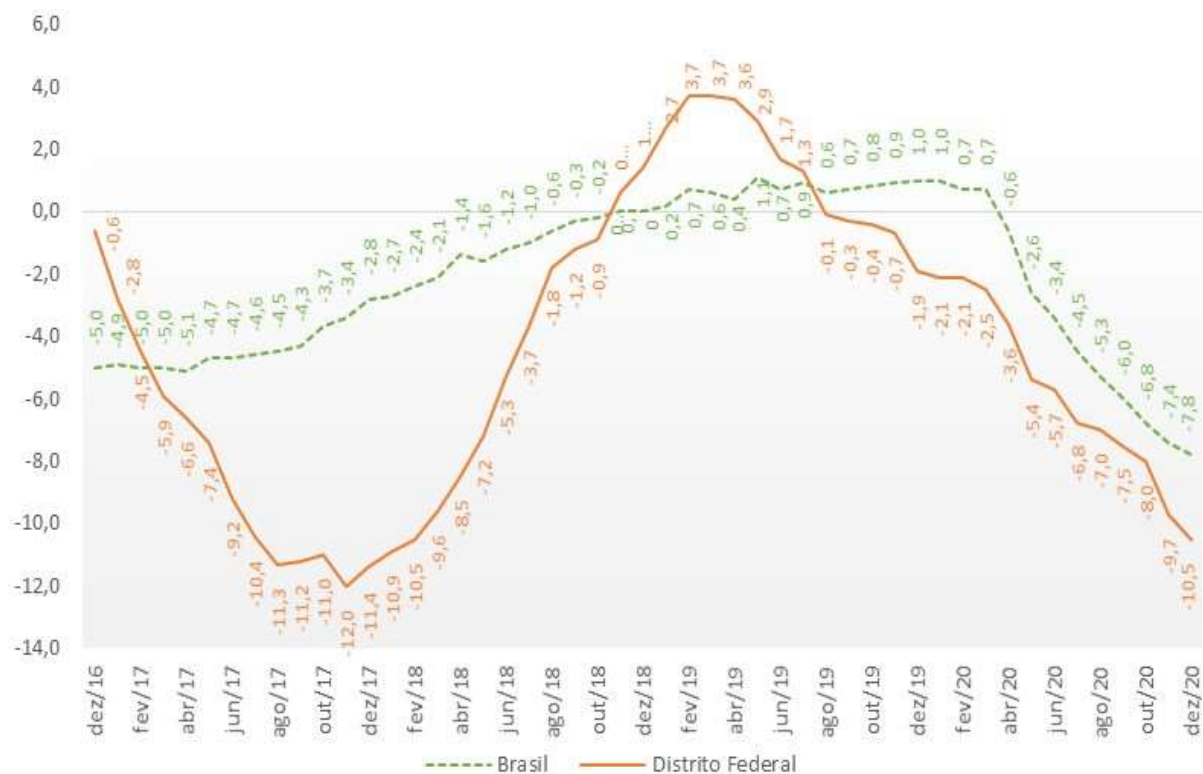
Em contrapartida, os sete demais segmentos pesquisados pelo IBGE sofreram perdas no volume de vendas ao longo de 2020. O destaque é dado aos Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, que registraram uma contração de 34,2%. Livros, jornais, revistas e papelaria (-37,8%), Tecidos, vestuário e calçados (-27,3%), Veículos, motocicletas, partes e peças (-13,6%) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-7,7%), são segmentos que também tiveram seu volume de venda comprimido. No caso dos Combustíveis e lubrificantes (-18,8%), pesou também a redução do número de deslocamentos de veículos. Já os Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, itens em sua maioria essenciais, se mantiveram próximos da estabilidade no ano, com variação de -0,7%.

4. Serviços

O volume de serviços oferecidos na capital do país, em queda desde o início de 2019, apresentou resultados negativos agravados pela pandemia. As restrições impostas ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais e o isolamento social, fizeram com que, no ano de 2020, o segmento de Serviços acumulasse uma queda de 10,5%, de acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), também divulgada pelo IBGE (Gráfico 8). Diferentemente do comportamento da PMC, porém, a retração observada na PMS não perdeu intensidade no último trimestre do ano, ao longo do qual verificou-se uma estabilidade no indicador trimestral ajustado sazonalmente (+0,7%) – resultado insuficiente para reverter a trajetória recente do indicador, cujo saldo acumulado no ano passou de -9,5% em setembro, para -10,5% em dezembro.

Ainda de acordo com o Gráfico 8, é possível perceber que o nível de atividade dos serviços no Distrito Federal, encontra-se abaixo do comportamento médio do País, retratado pelo volume de serviços calculado para o Brasil (-7,8%) e que essa situação não é recente, mantendo-se desde meados de 2019.

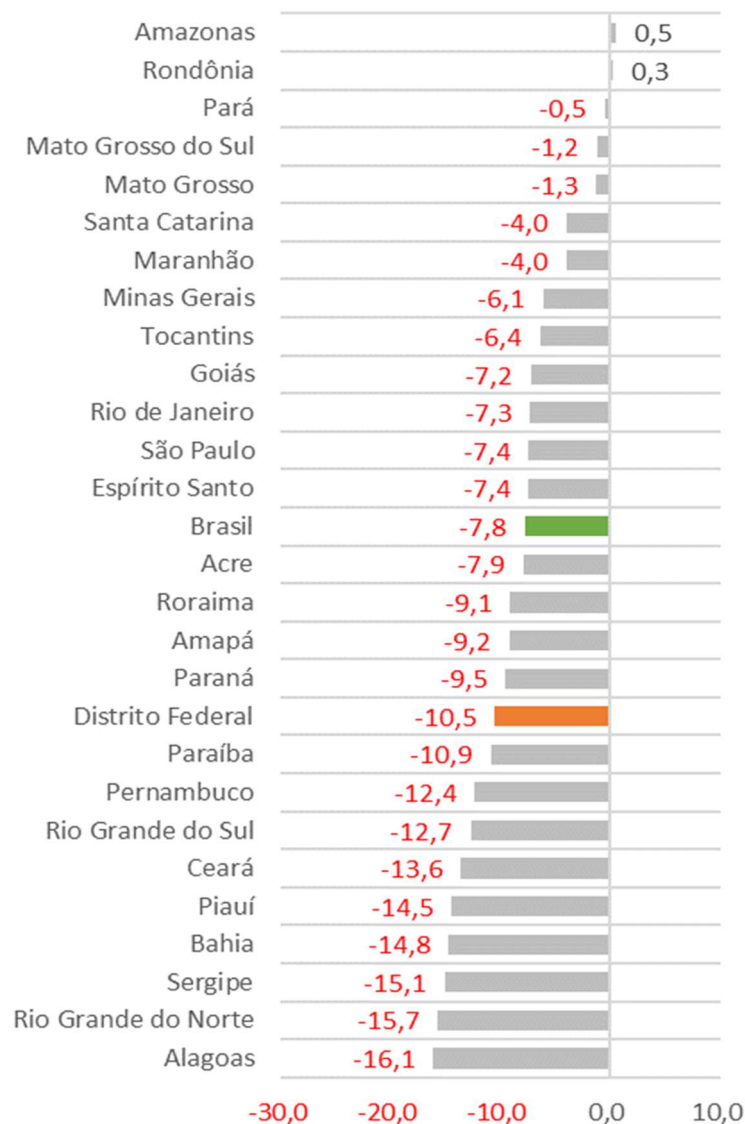
Gráfico 8 – Variação acumulada em 12 meses do volume de serviços – (%) – Brasil e Distrito Federal – dezembro de 2016 a dezembro de 2020



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

Vale mencionar que a contração do volume de serviços foi generalizada no Brasil. Como observado no Gráfico 9, no ano de 2020, todos os estados brasileiros, com exceção do Amazonas e Rondônia, observaram uma queda na procura por serviços.

Gráfico 9 – PMS: Volume de Serviços – Variação acumulada no ano – (%) – Brasil e Unidades Federativas – dezembro de 2020

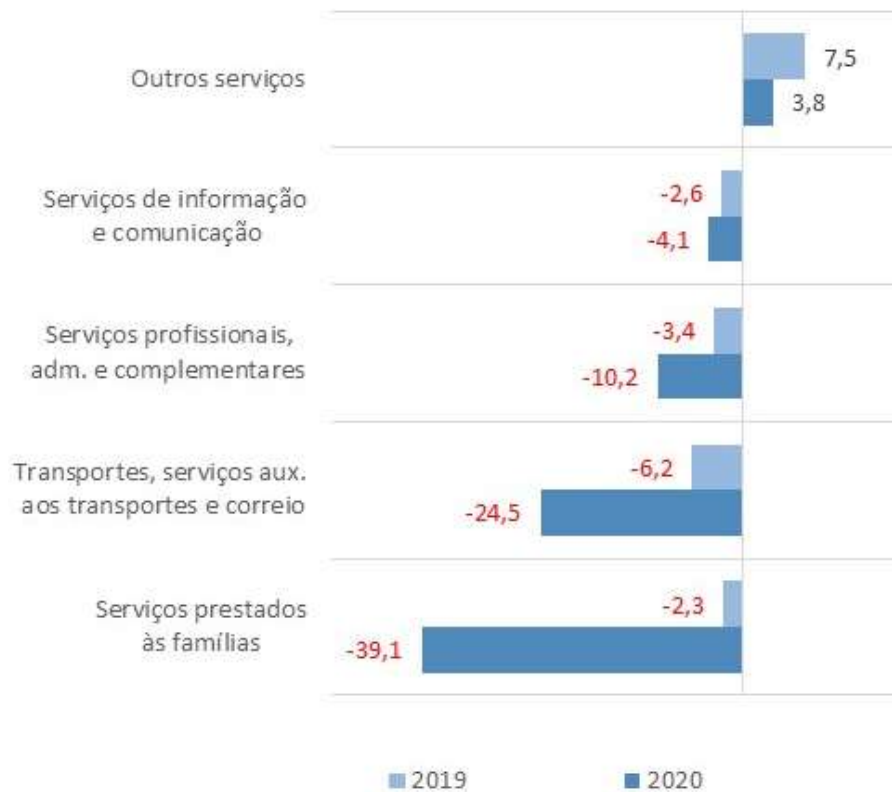


Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

Para uma análise mais detalhada dos motivadores dessa significativa queda no volume de serviços na capital federal, é preciso avaliar o impacto sobre cada grupo de serviço prestado no mercado local. No Gráfico 10, fica claro que todas as categorias apresentaram resultados inferiores aos observados no ano anterior. Os Serviços prestados às famílias e os Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, foram decisivos para o baixo desempenho do setor de serviços na região.

Os Serviços prestados às famílias, especificamente, obtiveram o pior resultado para o indicador anual desde o início da série disponibilizada pelo IBGE em 2012, com retração de 39,1% (Gráfico 10). Essa categoria, avalia a procura por serviços de alojamento (hotéis, albergues, pousadas), de alimentação (self-services, restaurantes, pizzarias, food trucks, buffets etc.), e por outros serviços como, por exemplo, academias, teatros, eventos culturais e esportivos, casas de cultura, entre outros.

Gráfico 10 – PMS: Volume de Serviços – Variação acumulada no ano – (%) – Segmentos de Serviços – Distrito Federal – dezembro de 2020



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

Justamente pelas características intrínsecas às atividades desempenhadas, esse grupo de serviços foi impedido de manter a sua rotina normal, sendo aqueles que tiveram seu funcionamento interrompido por maior período de tempo, bem como tendo reduzido sua capacidade de atendimento regulada e reduzida a fim de minimizar a continuidade da disseminação da Covid-19. Esse funcionamento restrito perdurou pela totalidade do segundo semestre do ano, contribuindo para o resultado descrito acima.

No que se refere aos Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, a retração acumulada no ano foi de 24,5%, refletindo, em parte, a permanência maior das pessoas em suas casas. Seja pela instituição do regime de teletrabalho, pelo respeito ao isolamento social, pela restrição de circulação entre cidades, estados e países, ou simplesmente pela falta de confiança em frequentar estabelecimentos comerciais e locais públicos, houve uma brusca redução das necessidades de deslocamento, impactando a demanda pelo serviço de transporte e, conseqüentemente, afetando toda a cadeia envolvida.

A única categoria que sustentou um resultado positivo no ano de 2020, foi a de Outros serviços, com um crescimento acumulado de 3,8% no ano. Contudo, esse grupo reúne atividades bastante distintas e, dada a impossibilidade de um maior detalhamento, não é possível fazer uma inferência sobre o que motivou essa alta.

Entre os serviços turísticos, o comportamento é semelhante ao observado nos serviços como um todo, com contrações tanto no Distrito Federal, quanto no cenário nacional. As quedas, porém, são mais intensas, com uma retração de 44,2% das atividades turísticas na capital brasileira em 2020 (Gráfico 11). O resultado local foi negativo mesmo nos meses de janeiro e fevereiro, antes das medidas de combate à pandemia entrarem em vigor no Distrito Federal. Mas foram intensificadas a partir de março, chegando a atingir contração de 47,7% no acumulado do ano até agosto, antes de reverter sua trajetória de queda. Mesmo com a flexibilização das medidas adotadas, esse segmento não esboçou movimento de recuperação nítido. Esse comportamento, pode estar atrelado ao fato de a população ainda não ter recobrado o seu poder de compra ou ainda o respeito ao isolamento social.

Gráfico 11 – PMS: Serviços de Atividades Turísticas – Variação acumulada no ano – (%) – Segmentos de Serviços – Brasil e Distrito Federal – janeiro a dezembro de 2020



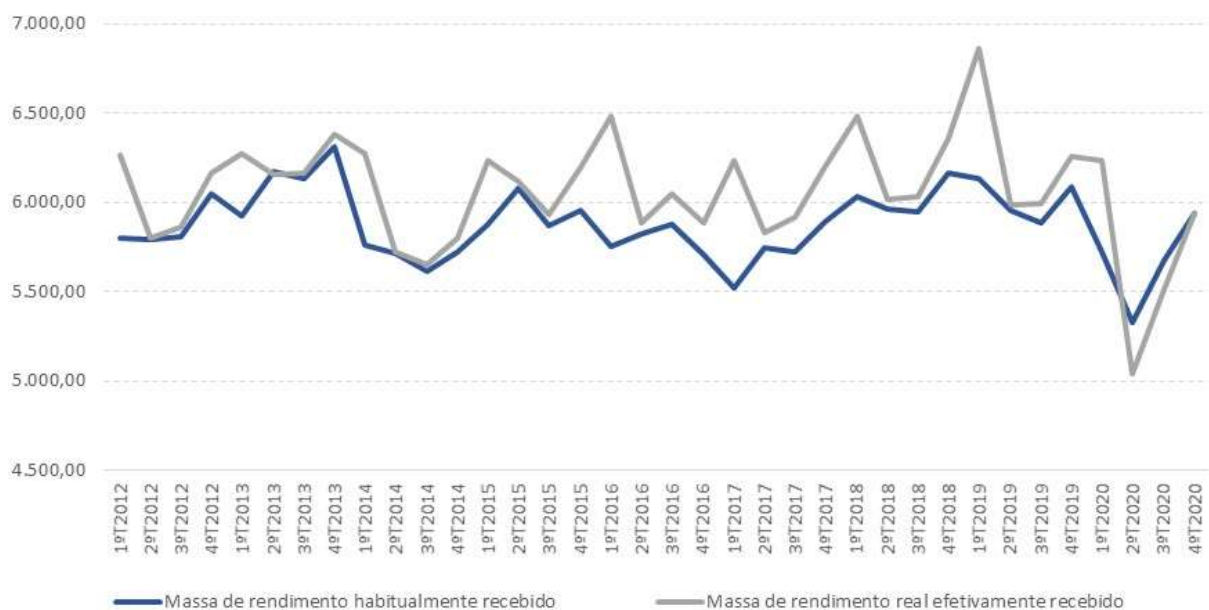
Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

Finalmente, é factível afirmar que a pandemia permanece como o principal fator conjuntural que está influenciando o comportamento da demanda do Distrito Federal por serviços. Com o gradual retorno da confiança da população em frequentar estabelecimentos comerciais, bem como a recuperação do rendimento das famílias, há uma tendência de melhora dos indicadores da PMS para a região no ano de 2021.

5. Indicadores auxiliares

Um contraste positivo às retrações observadas no comércio e nos serviços locais, vem da massa de rendimentos do Distrito Federal, que encerrou o ano de 2020 com dois trimestres consecutivos de alta. A massa de rendimentos real efetivamente recebida, cresceu 7,8% no quarto trimestre do ano em relação ao trimestre anterior, mantendo sua trajetória ascendente e atingindo o valor de R\$ 5.939 milhões (Gráfico 12). Ainda assim, essa massa não atingiu os patamares observados no fim de 2019, quando foi de R\$ 6.260 milhões.

Gráfico 12 – PNADC Trimestral: Massa de rendimento real de todos os trabalhos habitualmente e efetivamente recebidos no mês de referência – (milhões de Reais) – Distrito Federal – 1T2012 a 4T2020



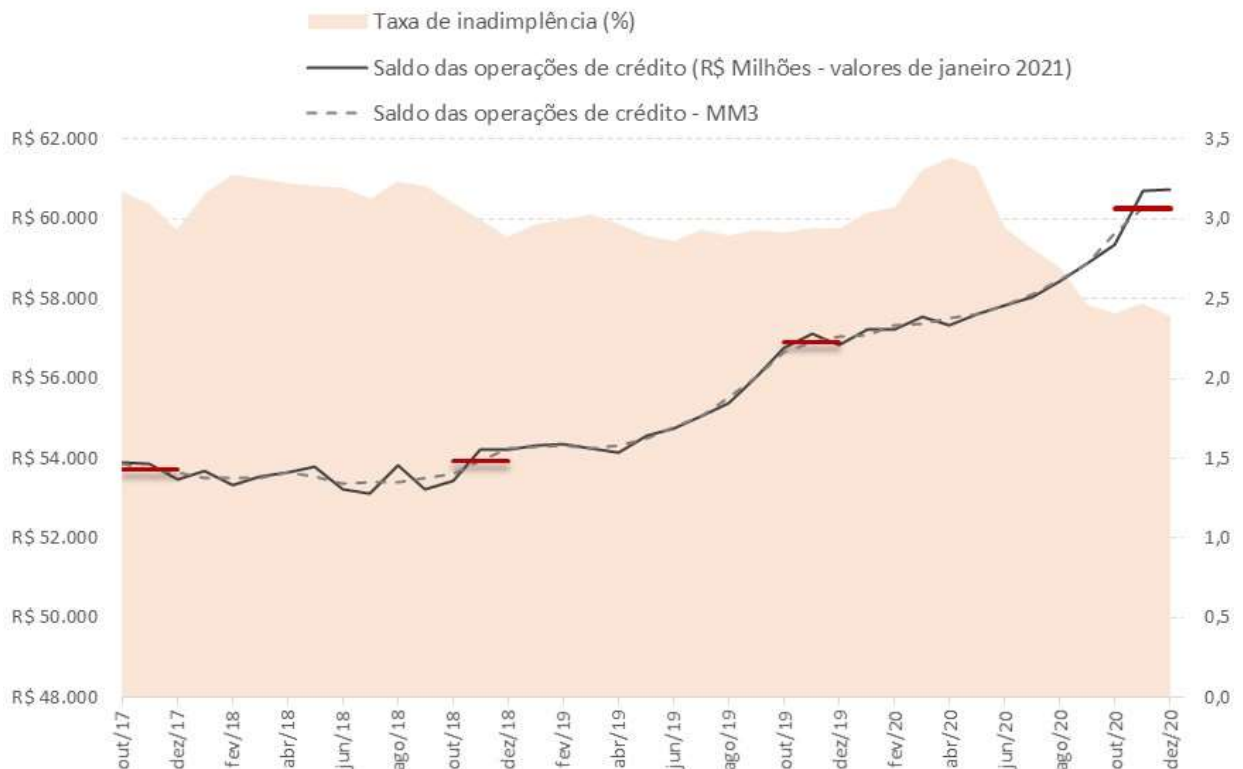
Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

O comportamento da massa salarial demonstra uma clara recuperação do potencial de consumo das famílias locais. Devido à incerteza econômica vivenciada atualmente, as pessoas tendem a conter seus gastos e a poupar, mas um restabelecimento sustentado de seus rendimentos, é um passo essencial para a retomada da demanda local. O governo federal também adotou medidas para tentar recompor uma parcela da receita das famílias com a concessão do auxílio emergencial, que representa uma transferência de renda direta às pessoas e, conseqüentemente, uma complementação do valor disponível para as despesas mensais das famílias. De certa forma, os recursos transferidos às famílias do DF ajudaram a manter o consumo mínimo de bens e serviços e, assim, auxiliaram os indicadores da PMS e da PMC a não terem sido ainda piores do que os verificados.

Outra importante medida de auxílio federal foi a manutenção da taxa Selic, a taxa básica de juros brasileira, em 2,00% no quarto trimestre de 2020. Com isso, o Banco Central conseguiu reduzir o custo de contratação de crédito, para pessoas físicas, colaborando para amenizar a perda da receita das famílias, ou para pessoas jurídicas, que podem utilizá-lo para realizar investimentos e financiamentos de capital de giro para manter as empresas funcionando e, assim, facilitar também o processo de recuperação econômica local e nacional.

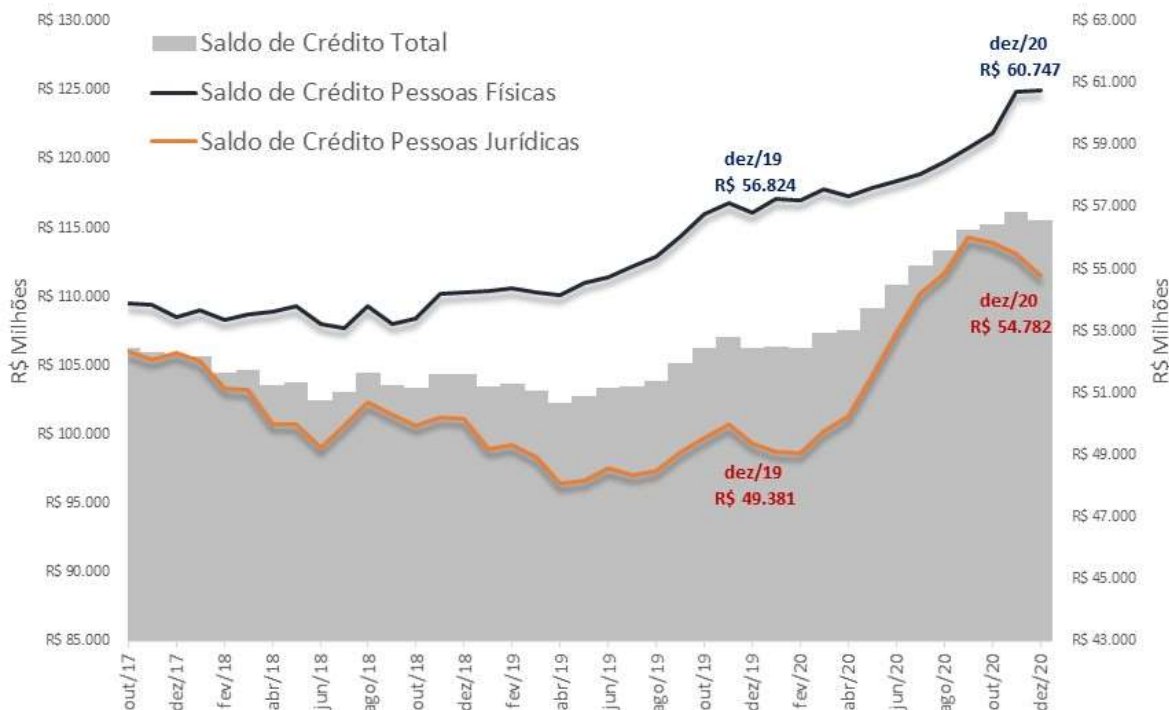
No tocante à pessoas físicas, é possível acompanhar a evolução do saldo de crédito concedido no Distrito Federal em valores reais. Conforme apresentado no Gráfico 13, verifica-se que, no quarto trimestre de 2020, o saldo médio trimestral de crédito contratado foi de R\$ 60,27 bilhões, o que significa um aumento real de 5,9% em relação aos R\$ 56,90 bilhões contratados no último trimestre de 2019. Quando analisado o ano como um todo, o resultado é semelhante. Com um crédito total contratado, em 2020, de R\$ 701,03 bilhões, houve um avanço de 5,6% em relação aos R\$ 663,61 bilhões negociados em 2019. Essa evolução, representa um aumento de recursos circulando na economia local.

Gráfico 13 – Saldo de crédito à pessoas físicas (R\$ valores a preços de setembro de 2020) e taxa de inadimplência de pessoas físicas (%) – outubro de 2017 a dezembro de 2020 – Distrito Federal



Fonte: BCB. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

Gráfico 14 – Saldo das operações de crédito (R\$ valores a preços de julho de 2020) – pessoas físicas e jurídicas – outubro de 2017 a setembro de 2020 – Distrito Federal

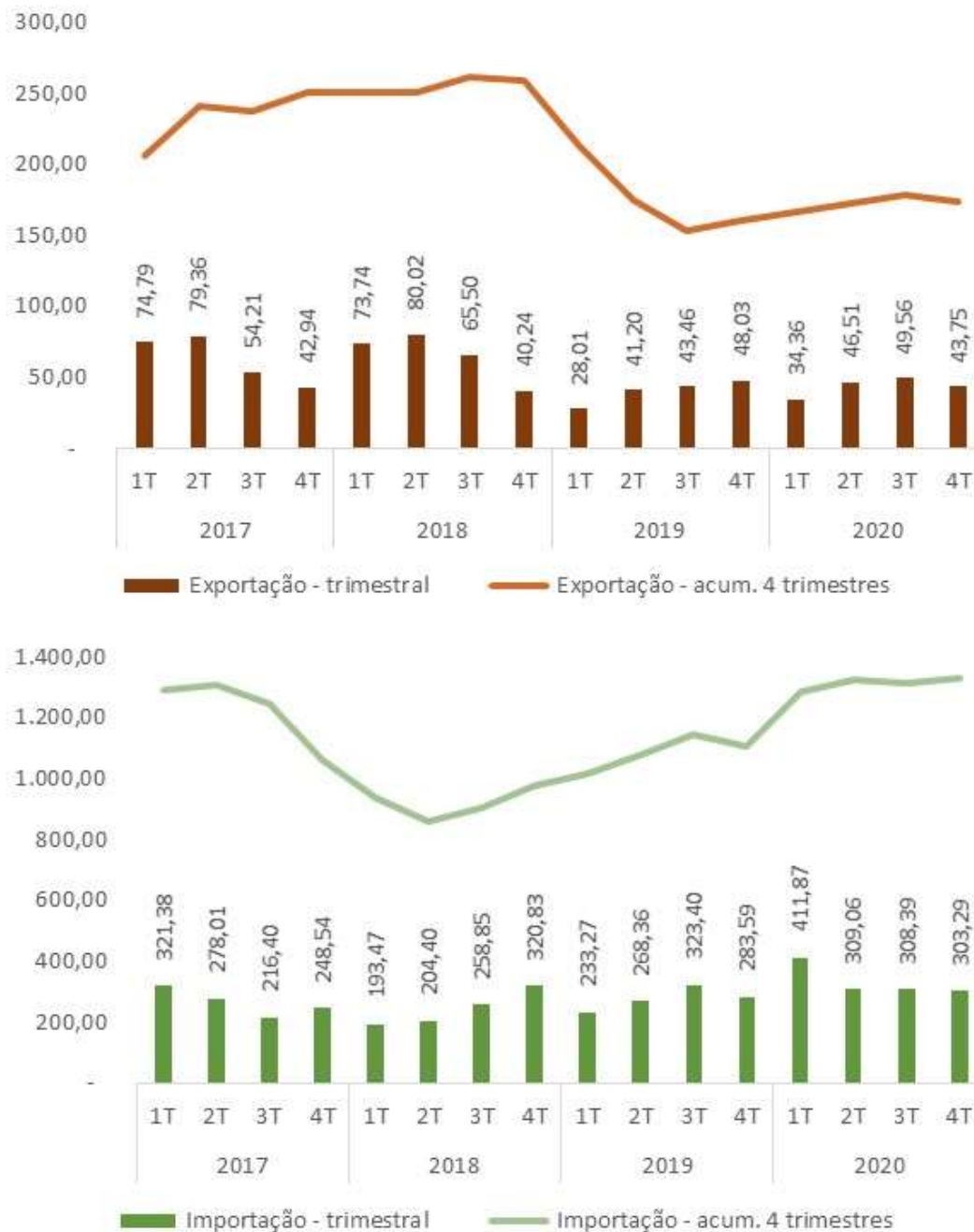


Fonte: BCB. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

A redução da taxa de inadimplência também é um importante indicador da saúde financeira das famílias. O Distrito Federal encerrou o ano de 2020 com uma proporção de pessoas físicas com uma dívida em aberto de 2,39% - a menor taxa de inadimplência local desde o início da série histórica, em 2004. No fim do terceiro trimestre, a taxa foi de 2,46%.

Em relação às pessoas jurídicas, a tendência recente de crescimento da captação de crédito pelas empresas, iniciada no começo de 2020, se reverteu no último trimestre do ano. O saldo concedido às pessoas jurídicas foi de R\$ 54,78 bilhões em dezembro, apresentando uma queda real de 2,2% em relação aos R\$ 55,99 bilhões contratados em setembro de 2020. Em relação a dezembro de 2019, porém, o resultado ainda é de crescimento de 10,9% (Gráfico 14). Já quando analisado o crédito total emprestado às pessoas jurídicas em 2020, há um crescimento de 8,0% em relação ao mesmo indicador no ano de 2019 (R\$ 633,83 bilhões, ante R\$ 587,05 bilhões).

Gráfico 15 – Comércio exterior: Evolução do valor de exportações e importações – Distrito Federal – 1T2017 a 4T20 – US\$ milhões FOB



Fonte: Comex-Stat/Ministério da Economia. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

Outro termômetro do nível de atividade local é o volume de trocas entre a economia do Distrito Federal e a de outros países, onde as exportações complementam as informações sobre a produção local. E as importações são indicativos adicionais sobre o nível de consumo do mercado da região. Os números agregados do comércio exterior para o DF estão apresentados no Gráfico 15.

No que se refere às importações, verificou-se uma leve queda no valor adquirido em produtos de origem estrangeira entre o quarto trimestre e o anterior, com variação de -1,7%. Em relação ao quarto trimestre de 2019, houve um crescimento de 6,9%. O valor total importado, em 2020, foi de US\$ 303,29 milhões. Para entender a importância desse valor frente às exportações locais (US\$ 43,75 milhões), é necessário examinar a composição da pauta de importação do Distrito Federal.

De acordo com o Gráfico 16, os cinco principais produtos adquiridos do mercado externo, que corresponderam à 54,89% de todo o valor importado no ano de 2020, foram medicamentos e vacinas. A aquisição de fármacos pelo governo federal é concentrada e registrada no DF, mesmo que eles sejam destinados ao abastecimento de outros Estados. Por isso, o valor de importação é tão elevado. Além disso, na atual conjuntura de pandemia, esses produtos tiveram a sua demanda estimulada pela necessidade de aquisição de medicamentos e equipamentos necessários para tratamento de pessoas infectadas pela Covid-19.

Gráfico 16 – Comércio exterior: Importações – Principais posições do Distrito Federal, por NCM – Resultado do quarto trimestre de 2020 e acumulado no ano – US\$ milhões FOB

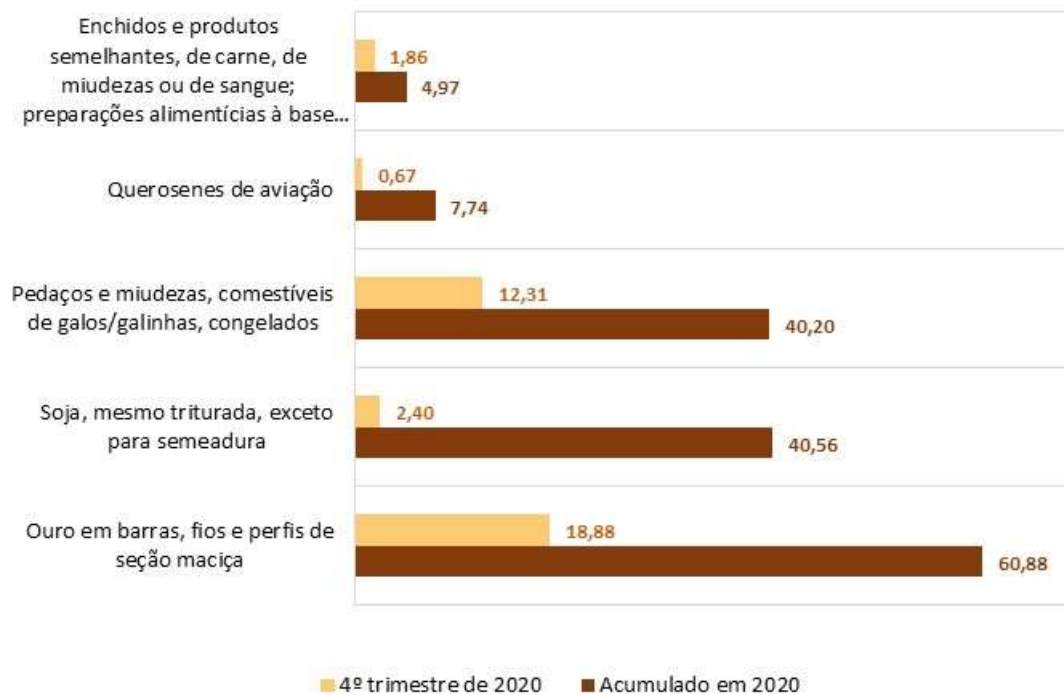


Fonte: Comex-Stat/Ministério da Economia. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

Já as exportações do quarto trimestre de 2020, sofreram uma queda de 11,7% ante o resultado do terceiro trimestre e de 8,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Parte desse resultado é devido à baixa demanda internacional, que seguiu um volume maior de exportações, apesar da desvalorização do Real frente ao Dólar ser vantajoso para o comércio internacional.

Essas quedas refletem, principalmente, a comercialização dos cinco produtos que concentram 88,62% do valor total transacionado ao longo do ano e que estão discriminados no Gráfico 17.

Gráfico 17 – Comércio exterior: Exportações – Principais posições do Distrito Federal, por NCM – Resultado do quarto trimestre de 2020 e acumulado no ano – US\$ milhões FOB



Fonte: Comex-Stat/Ministério da Economia. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

A variação trimestral é explicada pela queda de US\$ 11,22 milhões nas exportações de Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura, representando uma retração de 82,4% em relação ao terceiro trimestre de 2020. Destaca-se o baixo volume exportado do grão no último trimestre de 2020, sendo apenas 30% da quantidade vendida no mesmo trimestre de 2019. O envio de US\$ 18,88 milhões de Ouro em barras, fios e perfis de seção maciça para o exterior – aumento de US\$ 3,84 milhões (25,5%) em relação ao trimestre anterior – contribuíram para segurar uma queda maior no indicador, mas não foram capazes de reverter o resultado no trimestre.

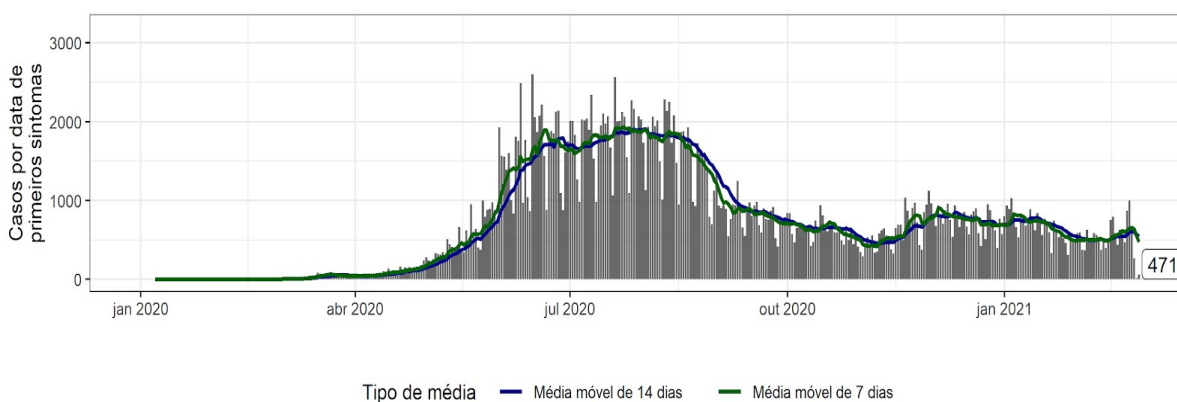
No acumulado do ano, o destaque é conferido novamente ao Ouro em barras, fios e perfis de seção maciça, cujas exportações foram responsáveis por arrecadar um montante de US\$ 60,88 milhões para a economia distrital.

BOX: Os números da Covid-19 no Distrito Federal

Esse box estuda a evolução do número de casos e óbitos pela Covid-19 no Distrito Federal ao longo de 2020, assim como indicadores do fluxo de movimentação e índice de isolamento social da população local. O objetivo é mostrar como o comportamento desses indicadores está relacionado com o desempenho da economia distrital.

O primeiro caso de contaminação registrado no Distrito Federal ocorreu no dia 5 de janeiro de 2020, segundo dados das Secretarias de Saúde e de Segurança Pública do Distrito Federal (Gráfico 18). Já em março, o governo do Distrito Federal adotou as primeiras medidas para conter a disseminação do vírus na capital brasileira, estabelecendo o fechamento dos estabelecimentos comerciais de atividades consideradas não essenciais. O número de novos casos diários se intensificou a partir do fim de abril, atingindo a marca de 2.598 novos casos diários em 15 de junho, recuando ao longo de agosto para o patamar de 700 novos casos por dia. Com o início da queda do número de casos e mortes, as restrições foram gradualmente sendo retiradas ou amenizadas.

Gráfico 18 – Novos casos diários de COVID-19 e tendência (média móvel de 7 e 14 dias) no DF, por data dos primeiros sintomas – 5 de janeiro de 2020 a 27 fevereiro de 2021



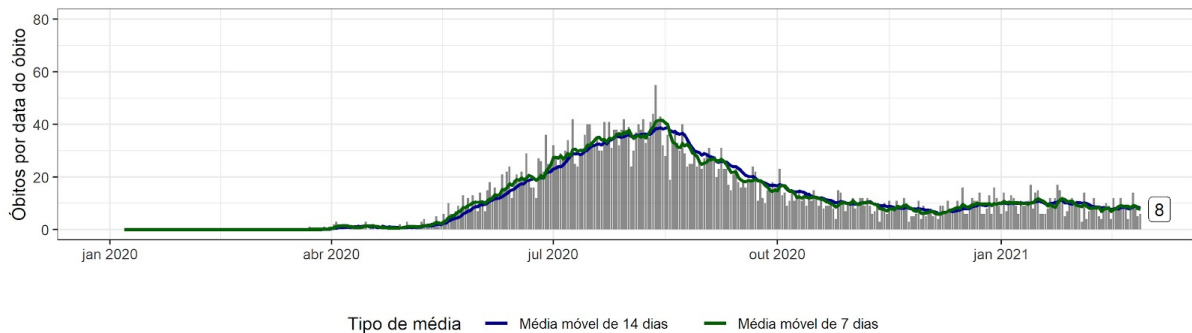
Fonte: SES/DF e SSP/DF. Elaboração Dieps/Codeplan.

Nota: Casos confirmados referentes às datas dos contágios. Dados extraídos da SSP/DF em 01/03 às 07h16min.

O número de óbitos apresentou comportamento semelhante, crescendo a partir de maio, até atingir um pico de 55 óbitos decorrentes da Covid-19 no dia 12 de agosto (Gráfico 19). O número de óbitos recuou ao longo do segundo semestre e encerrou o ano com uma média de 10 mortes por dia. No total, 4.259 morreram no Distrito Federal em decorrência da Covid-19 no ano de 2020¹⁰.

¹⁰ Óbitos confirmados com relação a data de óbito. Dados extraídos da SSP/DF em 01/03 às 07h16min.

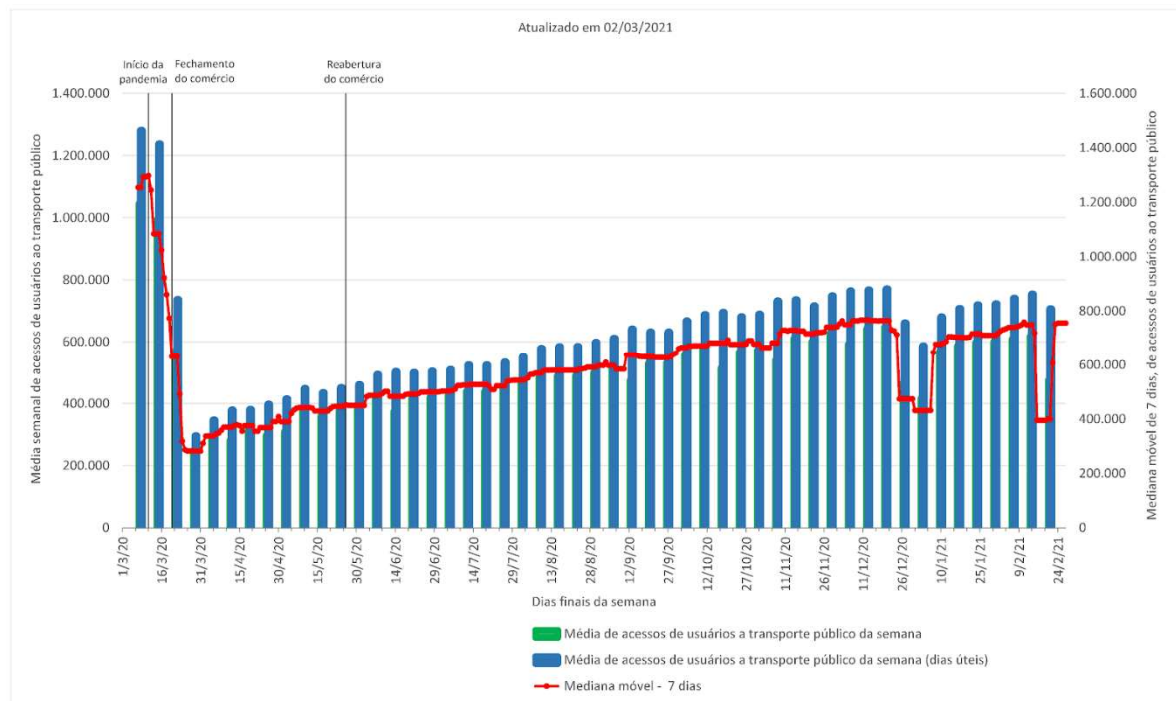
Gráfico 19 – Novos óbitos diários por COVID-19 e tendência (média móvel de 7 e 14 dias) no DF, por data de óbito – 5 de janeiro de 2020 a 27 de fevereiro de 2021



Fonte: SES/DF e SSP/DF. Elaboração Dieps/Codeplan.

Quanto ao fluxo local de pessoas, os dados de acesso ao transporte público, fornecidos pelo Banco de Brasília e o Metrô-DF, mostram que houve uma queda intensa no uso de ônibus e metrô locais nas primeiras semanas da pandemia. A média móvel de 7 dias do número de acessos passou de 1.040,1 mil, em 7 de março, para 300,7 mil um mês depois – uma queda de 71,1% (Gráfico 20). Ao longo do ano, porém, o número de acessos ao transporte público voltou a crescer, chegando a 648,1 mil em 20 de dezembro antes de encerrar o ano com 422,8 mil acessos¹¹

Gráfico 20 – Médias semanais e mediana móvel de 7 dias, de acessos ao transporte público no Distrito Federal – 1º de março de 2020 a 27 de fevereiro de 2021.

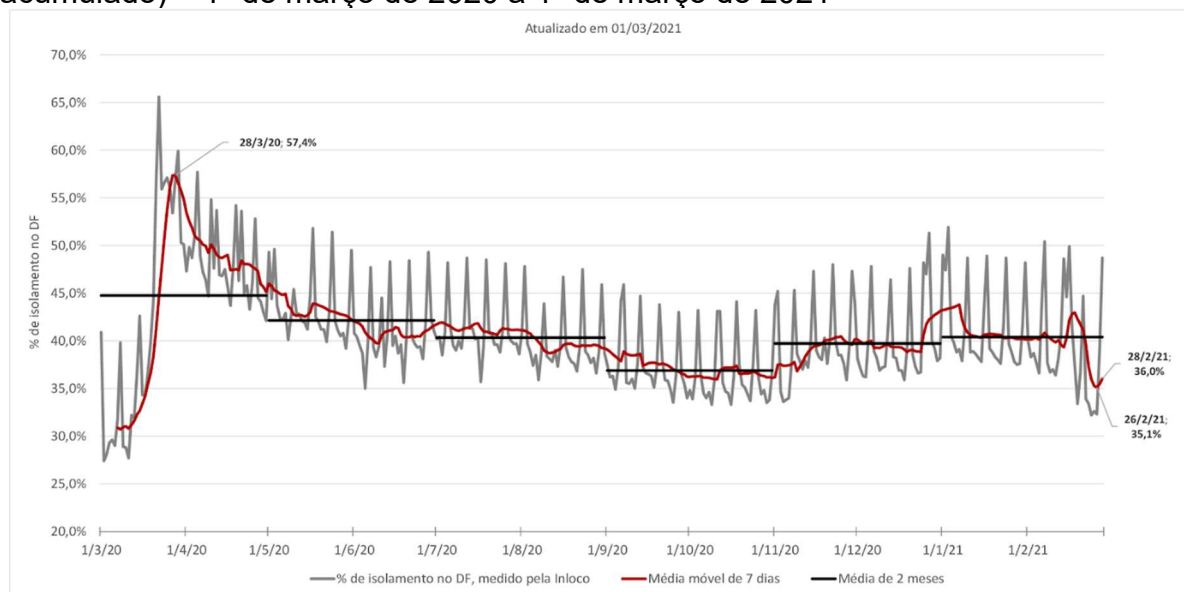


Fonte: BRB e Metrô-DF. Elaboração: Deura/Codeplan.

¹¹ O mês de dezembro é marcado por festas de fim de ano e recessos, levando a uma redução do trânsito de pessoas se deslocando de e para seus trabalhos. Assim, é natural observar uma queda no número de acessos ao transporte público nessa época.

Finalmente, o Gráfico 21 traz o índice de isolamento social calculado pela empresa *In Loco*,¹² com base nos dados compartilhados por seus usuários. O índice passou de 28,7%, na semana de 2 de março até 6 de março de 2020, antes do início do fechamento comercial do Distrito Federal, para 58,3% duas semanas depois. A partir de então, o indicador recuou ao longo do ano, chegando a ser de 36,1% na primeira semana de outubro, antes de se encerrar o ano com uma média de 39,9% ao longo do mês de dezembro.

Gráfico 21 – Isolamento Social (In Loco) e casos COVID-19 no DF (por dia e acumulado) – 1º de março de 2020 a 1º de março de 2021



Fonte: Inloco. Elaboração: Deura/Codeplan

Assim, os dados de casos e óbitos mostram uma estabilização no segundo semestre do ano, enquanto os dados de mobilidade apontam um gradual relaxamento do isolamento social conforme a nova realidade imposta pela pandemia, que passou a perdurar mais do que inicialmente imaginado.

Com base na evolução da pandemia e, principalmente, das ações adotadas para enfrentá-la, é possível compreender o comportamento dos indicadores econômicos locais. Afinal, com a suspensão de funcionamento dos estabelecimentos comerciais não-essenciais, tanto a oferta de bens e serviços, como a demanda por eles, foram impedidas de serem realizadas, impactando negativamente o desempenho dos setores afetados. Da mesma forma, sem poder atender ao público, muitas atividades não tinham motivo ou recursos para manter seus funcionários, sendo induzidas a dispensá-los. Esse movimento, contribuiu para elevar a taxa de desemprego na região e, conseqüentemente, reduzir o poder aquisitivo da população local.

¹² Disponível em: <https://mapabrasileirodacovid.inloco.com.br/pt/>

Essa foi a dinâmica que prevaleceu durante a adoção das restrições mais duras, intervalo coincidente com o segundo trimestre de 2020 e período de menor dinamismo econômico da região. Conforme houve uma melhora nos indicadores de saúde e a consequente redução das barreiras ao comércio de bens e serviços, a economia foi recobrando seu ritmo de crescimento e apresentando indícios desse restabelecimento no terceiro trimestre de 2020.

Já com base na movimentação das pessoas, consegue-se traçar um paralelo com o desempenho do grupo de serviços relacionados com o transporte. Com a reaproximação do índice de isolamento ao patamar pré-crise, o volume de serviço de transporte foi se incrementando. Da mesma forma, a procura por outros serviços e o comércio, também cresceram. Contudo, no último trimestre de 2020, os indicadores apresentaram variações positivas menos intensas que as verificadas no trimestre anterior ou ficaram próximas à estabilidade, enquanto outras atividades, as mais impactadas, tiveram quedas, ainda que pequenas.

Em síntese, é possível identificar um movimento contrário entre o desempenho da economia e o da pandemia, no qual, quando essa encontra-se em declínio, há um crescimento dos principais indicadores produtivos da região.

Seção III

Análise de Preços

1. Sumário

A inflação no Distrito Federal, mensurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acelerou no quarto trimestre de 2020, tendo registrado alta de 2,51% ante os 1,29% verificados no trimestre anterior. Esse resultado pode ser atribuído, em parte, ao comportamento do preço da energia elétrica residencial, que sofreu alta de 10,72% em dezembro, após ter ficado estável o restante do ano de 2020. Cabe mencionar que a inflação esteve bastante disseminada na cesta de consumo local de forma que o índice de difusão atingiu 71,3% no último trimestre do ano, o que significa que a capacidade das famílias em substituir produtos caros por outros de menor valor, foi reduzida nesse período.

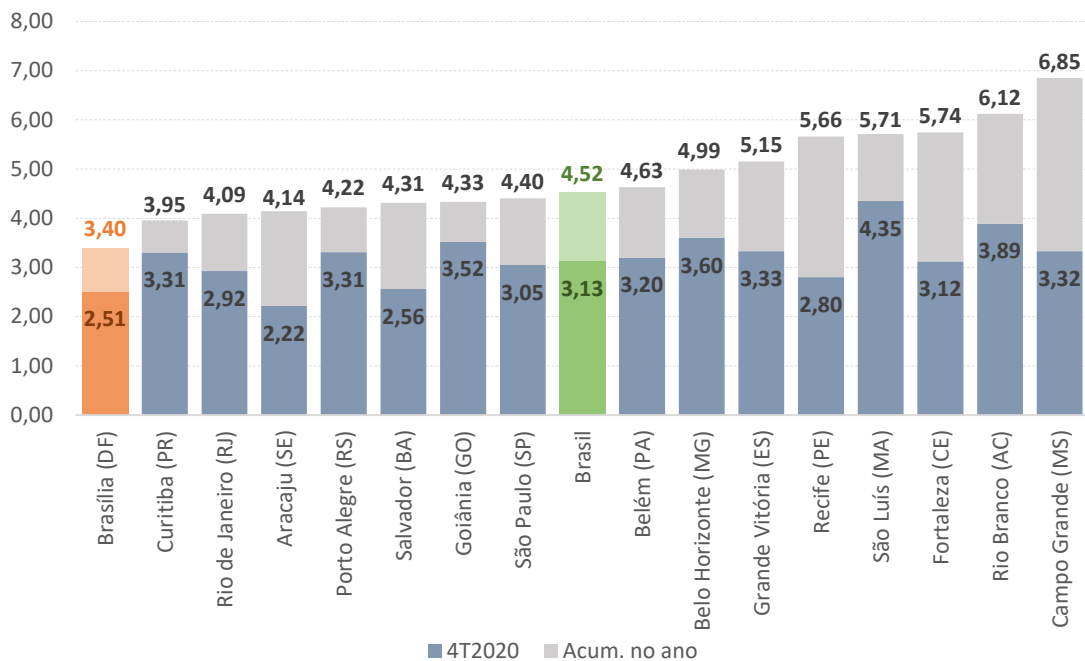
No acumulado do ano, a capital federal registrou alta de 3,40%, a menor variação entre as regiões pesquisadas pelo IBGE e inferior, também, à inflação nacional, que atingiu 4,52%. Na perspectiva histórica de 2020, o destaque é dado à persistente inflação no grupo de *Alimentação e Bebidas*, cuja variação de 10,78% no ano resultou em um acréscimo de 1,67 p.p. ao índice geral. O único grupo a apresentar queda nos preços foi o de *Vestuário*, no qual uma combinação de queda acentuada da demanda e o acúmulo de estoques, favoreceu um cenário de deflação nesses itens.

Por fim, é importante destacar que o INPC fechou o ano em 4,22%, percentual bastante acima do captado pelo IPCA. Essa situação, que não é observada desde 2017, significa que as famílias de mais baixa renda estão enfrentando uma alta de preços mais intensa que a maior parte da população brasiliense.

1. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

O nível de preços praticados no Distrito Federal voltou a crescer no quarto trimestre de 2020, apresentando uma variação positiva de 2,51% após uma alta de 1,29% no trimestre anterior, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (Gráfico 1). Apesar do resultado, a inflação, acumulada em 2020 na capital federal, foi a menor (3,40%) entre as regiões pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e inferior à média nacional, calculada em 4,52%. O comportamento do IPCA distrital ao longo de 2020 é, em grande parte, reflexo da dinâmica econômica de restrições ao funcionamento de estabelecimentos comerciais e regras de isolamento social determinadas como forma de conter a disseminação da COVID-19 e sua influência sobre os itens que compõem a cesta de consumo local.

Gráfico 1 – IPCA: Variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – Brasil e regiões – 4º trimestre de 2020 e acumulado no ano - %

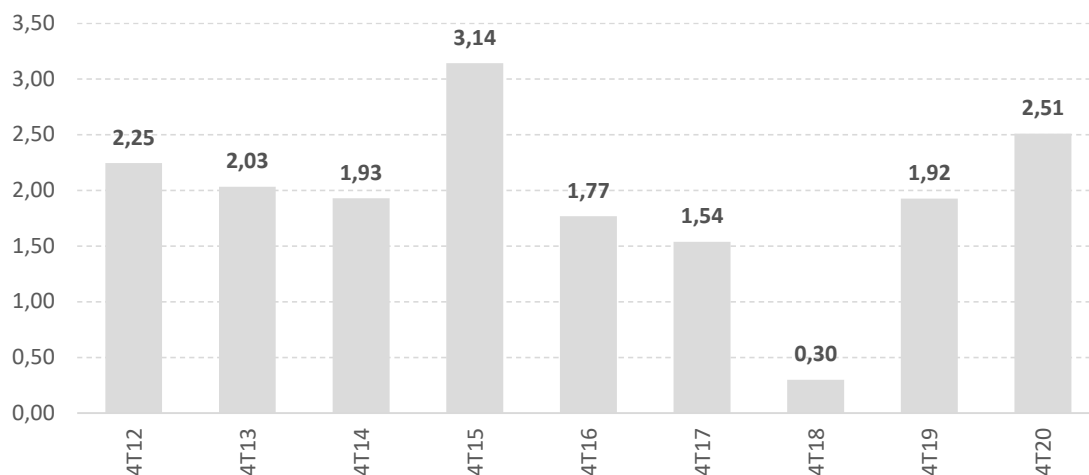


Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

1.1. Resultado no trimestre

Em uma perspectiva de longo prazo, é possível observar que o aumento dos preços registrados no quarto trimestre no Distrito Federal foi o mais alto para o período desde 2015, quando a inflação distrital alcançou 3,14% (Gráfico 2). Isso indica que a contração simultânea da demanda – estimulada pelo aumento do desemprego e pelos ajustes de contratos de trabalho que reduziram a remuneração habitual da população – e da oferta – compelida pela queda na atividade econômica e reforçada pelo aumento das exportações de determinados produtos –, assumiu um viés inflacionista.

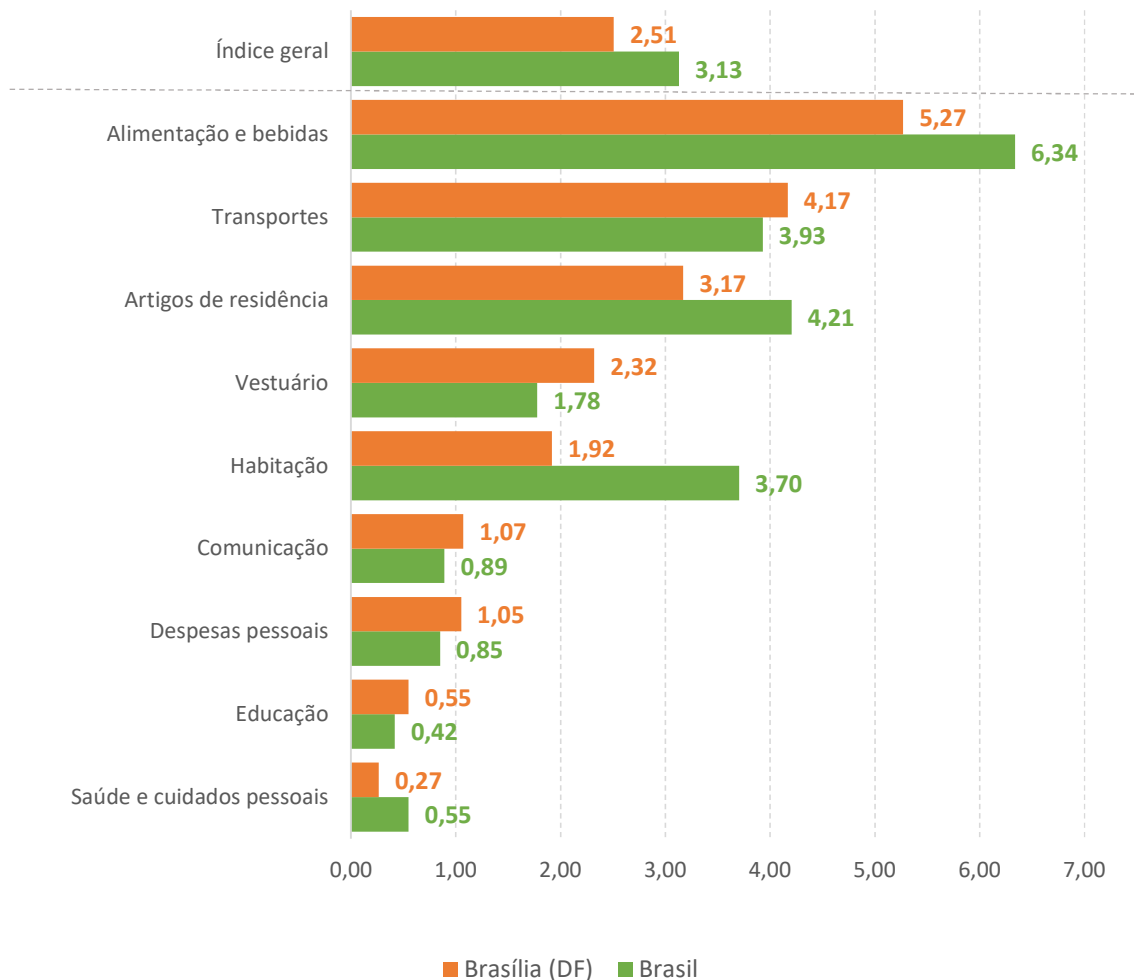
Gráfico 2 – IPCA: Variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – Distrito Federal – 4º trimestre de 2012 a 4º trimestre de 2020 - %



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

Todos os nove grupos de bens e serviços pesquisados pelo IBGE aumentaram. Os destaques da expansão dos preços do trimestre em análise, são as altas nos grupos de *Alimentação e Bebidas*, que apresentou inflação de 5,27% entre outubro e dezembro de 2020, de *Transportes* (+4,17%) e de *Artigos de residência* (+3,17%), conforme apresentado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – IPCA: Variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, por grandes grupos – Brasil e Distrito Federal – 4º trimestre de 2020 - %



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codepaj.

Entre os produtos alimentícios, as *Carnes* foram os que tiveram maior contribuição positiva para a variação do índice geral, acrescentando a eles 0,24 pontos percentuais (p.p.) (Tabela 1). A variação de 15,20% no preço da proteína animal reflete, entre outros fatores, o aumento do custo de produção e a menor oferta interna diante do aumento das exportações¹³. A *Alimentação fora do domicílio*, por sua vez, adicionou 0,13 p.p. ao IPCA da capital federal, enquanto *Leite e derivados*, foi o único item do grupo a figurar no rol de produtos com contribuição negativa (-0,04 p.p.) para o índice geral.

¹³ Relatório diário da Cogo – Inteligência em Agronegócio.

Tabela 1 – IPCA: Itens com as maiores (azul) e menores (laranja) contribuições no trimestre e suas variações para o índice – Distrito Federal – 4º trimestre de 2020 - % e p.p.

Itens do IPCA	Variação (%)	Contribuição (p.p.)
Transporte público	20,30	0,58
Energia elétrica residencial	10,14	0,25
Carnes	15,20	0,24
Combustíveis (veículos)	2,99	0,21
Alimentação fora do domicílio	2,04	0,13
Serviços laboratoriais e hospitalares	-0,90	-0,01
Leitura	-2,18	-0,02
Aluguel e taxas	-0,42	-0,04
Leites e derivados	-3,30	-0,04
Produtos farmacêuticos	-1,79	-0,06

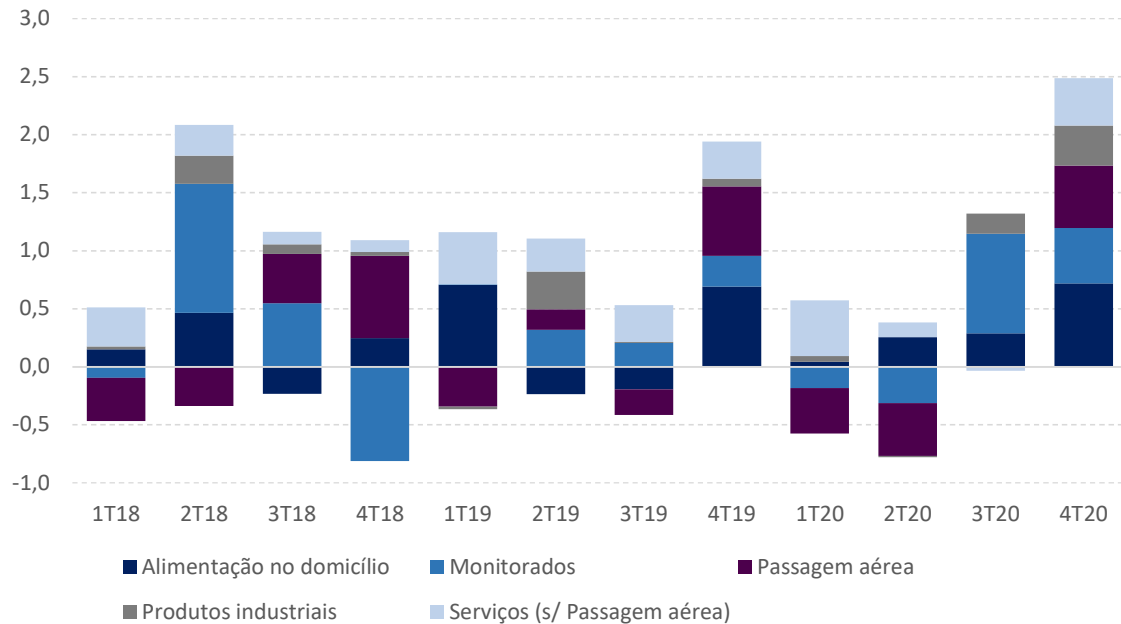
Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

As contribuições positivas constatadas no *Transporte público* (+ 0,58 p.p.), influenciadas majoritariamente pelo aumento de preços sazonal nas *Passagens aéreas* (+84,0%), e nos *Combustíveis (veículos)* (+0,21 p.p), que repercute a inflação da *Gasolina* (+2,87%), são as principais responsáveis pela variação positiva apontada no grupo de *Transportes*.

Por fim, é importante mencionar que a *Energia elétrica residencial* ganhou destaque no último trimestre de 2020 devido à mudança da bandeira tarifária de verde para vermelha -de patamar 2 - pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O acréscimo ao custo do quilowatt consumido, em dezembro de 2020, contribuiu para uma elevação no preço da energia em 10,14% no acumulado do trimestre, o que rendeu um aumento de 0,25 p.p. ao IPCA do período.

Com base na classificação de produtos utilizada pelo Banco Central do Brasil (BC), percebe-se que todos os grupos apresentaram inflação, ratificando a pressão altista e indicando um espraiamento da inflação na cesta de produtos. A maior pressão decorreu de itens relacionados à Alimentação no domicílio, Passagem aérea, Produtos industriais e Serviços (sem passagem aérea) quando comparado o quarto trimestre de 2020 com os demais trimestres do ano. Esse comportamento é mostrado no Gráfico 5. A contribuição dos Monitorados (+0,48 p.p.), apesar de positiva, foi inferior à do trimestre anterior (+0,86 p.p.).

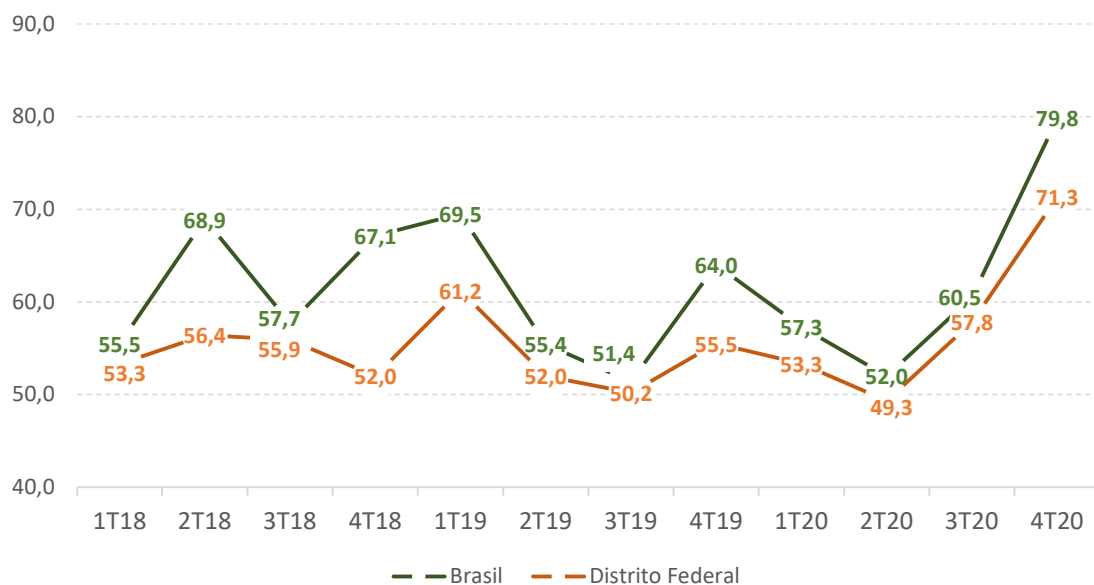
Gráfico 4 – IPCA: Contribuição trimestral por segmentos selecionados de bens e serviços – Brasília (DF) – 1º trimestre de 2018 ao 4º trimestre de 2020 – pontos percentuais (p.p.)



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

O aumento generalizado dos preços no Distrito Federal no quarto trimestre de 2020, também pode ser observado por meio do índice de difusão, que atingiu seu maior valor desde o primeiro trimestre de 2018, e ficou em 71,3%. A disseminação da inflação pela cesta de consumo local, prejudica a capacidade dos consumidores de fazerem substituições como forma de adequar o orçamento familiar ao novo patamar de preços.

Gráfico 5 – IPCA: Índice de difusão da inflação trimestral – Brasil e Distrito Federal – 1º trimestre de 2018 ao 4º trimestre de 2020 – %

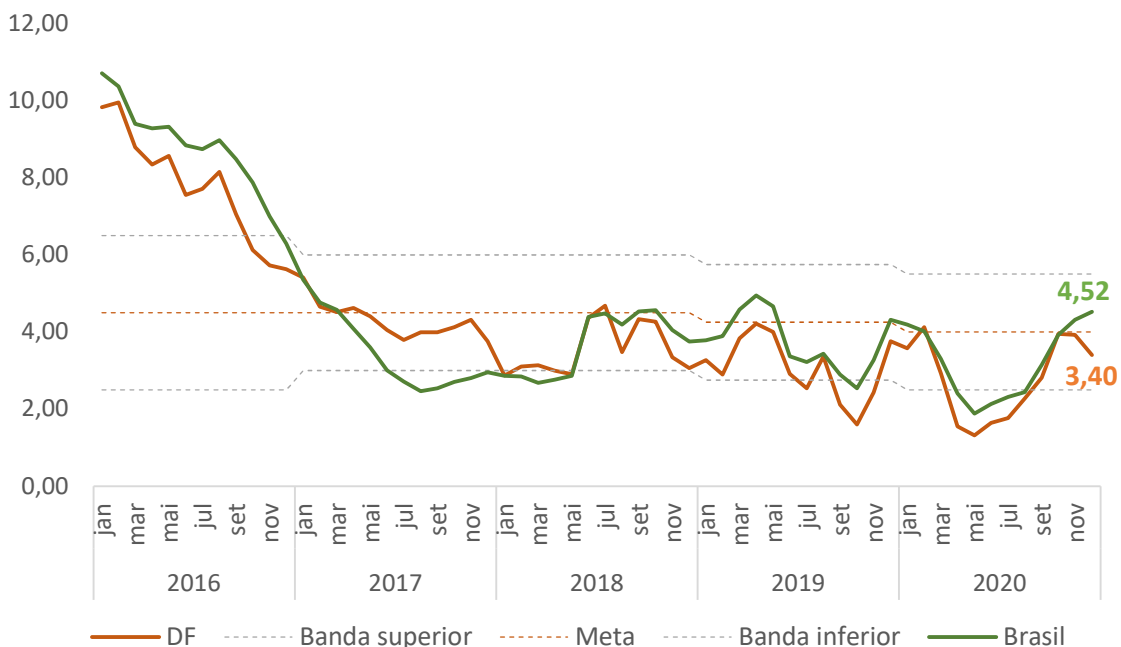


Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

1.2. Resultado acumulado no ano

Em uma perspectiva histórica, a variação acumulada em 12 meses do nível de preços praticados no mercado do Distrito Federal, decresceu entre janeiro e maio de 2020, retratando, em parte, os efeitos negativos que as medidas de combate à pandemia produziram sobre a atividade econômica local (Gráfico 6). Com a redução do isolamento social, o relaxamento das restrições ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais e a recuperação parcial do poder de compra da população, a inflação voltou a subir, aproximando-se do centro da meta (+4,00%). Porém, fechou o ano abaixo dela, em 3,40%. No Brasil, a trajetória foi bastante semelhante, descolando-se apenas a partir de outubro de 2020, quando continuou em um movimento ascendente, ultrapassando o centro da meta e fechando o ano em 4,52%.

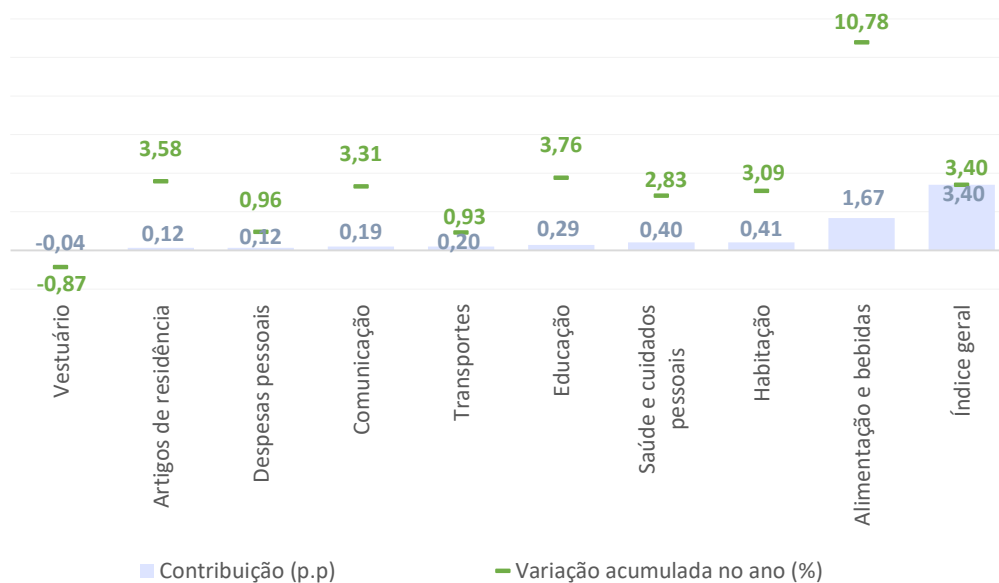
Gráfico 6 – IPCA: Variação acumulada em 12 meses do nível de preços – Brasil e Brasília (DF) – janeiro de 2016 a dezembro de 2020 - %



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

A análise da contribuição por grandes grupos de bens e serviços do IPCA distrital, revela que a alta no preço de gêneros alimentícios teve grande participação na inflação acumulada ao longo de 2020. Da variação de 3,40% registrada nos preços praticados no mercado local, 1,67 p.p. referem-se à contribuição de itens relacionados à *Alimentação e bebidas*, conforme apresentado no Gráfico 7. Os grupos de *Habitação* (+0,41 p.p.) e *Saúde e cuidados pessoais* (+0,40 p.p.) também se destacaram no período, enquanto *Vestuário* (-0,04 p.p.) foi o único a apresentar variação negativa e, conseqüentemente, evitou uma inflação ainda maior.

Gráfico 7 – IPCA: Contribuição e variação dos grandes grupos de bens e serviços para a inflação acumulada no ano – Distrito Federal – 2020 – p.p. e %



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

A queda nos preços de itens do *Vestuário* está associada, em grande parte, à redução significativa da demanda. De acordo com o IBGE, o volume de vendas de *Tecidos, Vestuário e Calçados* acumulou uma queda de 27,3% em 2020 na capital federal. Já, por parte da oferta, o fechamento temporário dos estabelecimentos comerciais colaborou para o acúmulo de estoques, assim como o impedimento do uso de provadores após a autorização de funcionamento, aumentando a disponibilidade de produtos e incentivando a redução nos preços.

No ano, entre as cinco maiores contribuições positivas para o índice geral, três pertencem ao grupo de *Alimentação e bebidas*: *Lanche* (+0,22 p.p.), *Arroz* (+0,19 p.p.) e *Refeição* (+0,18 p.p.). Em contrapartida, a *Passagem aérea*, protagonista da inflação do quarto trimestre, teve contribuição negativa significativa no acumulado do ano, de forma a reduzir em 0,31 p.p. o índice geral. Dada à elevada participação desses grupos na inflação trimestral e anual, uma análise mais detalhada desses itens é feita a seguir.

Tabela 2 – IPCA: Itens com as maiores (azul) e menores (laranja) contribuições acumuladas no ano e suas variações para o índice – Distrito Federal – 2020 - % e p.p.

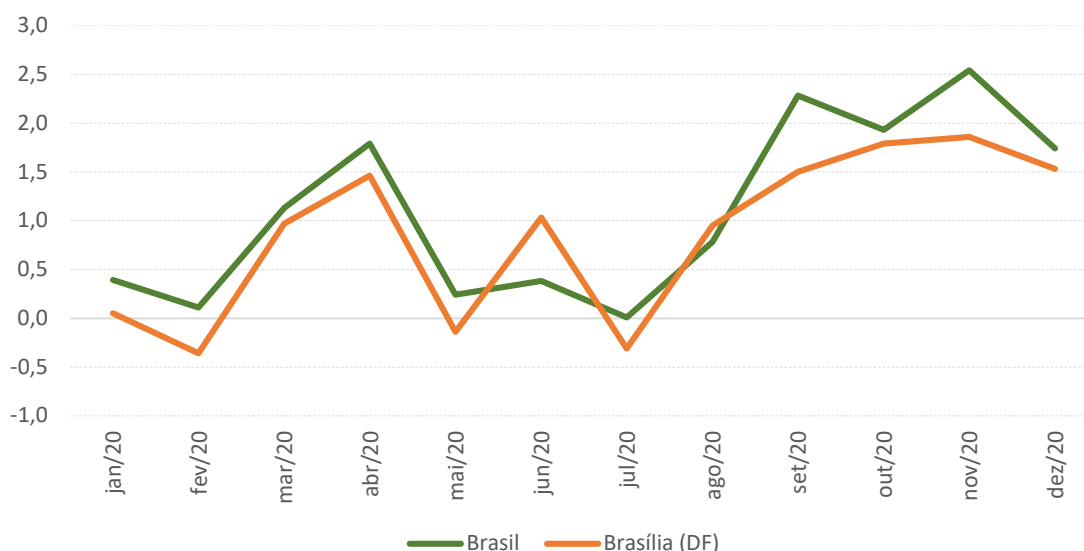
Itens do IPCA	Variação acumulada no ano (%)	Contribuição (p.p.)
Lanche	12,86	0,22
Arroz	72,14	0,19
Automóvel novo	4,33	0,18
Refeição	3,62	0,15
Plano de saúde	2,54	0,15
Vestido	-6,90	-0,03
Transporte por aplicativo	-18,71	-0,05
Móvel para quarto	-9,90	-0,05
Hospedagem	-6,25	-0,06
Passagem aérea	-20,00	-0,31

Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

1.2.1. Comportamento do preço dos alimentos

Em 2020, é possível identificar dois momentos distintos de pressão para a alta dos preços dos alimentos (Gráfico 8). O primeiro, situado entre fevereiro e abril, foi motivado por um significativo incremento da demanda por produtos alimentares em função da pandemia. Como as refeições passaram a ser feitas em casa, houve a necessidade de se comprar mais alimentos. Segundo o IBGE, o Distrito Federal verificou um crescimento de 15,0% no volume de vendas nos hipermercados e supermercados em março e de 14,5% em abril em relação ao mesmo mês do ano anterior. Posteriormente, entre julho e novembro, concomitante ao arrefecimento da demanda¹⁴ houve uma diminuição da oferta interna de alguns produtos, dentre os quais podem-se citar o *arroz*, o *óleo de soja* e *carnes*, estimulada pelo aumento das exportações¹⁵.

Gráfico 8 – IPCA: Evolução da variação mensal da inflação do grupo de alimentação e bebidas – Brasil e Distrito Federal – 2020 - %



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

Especificamente, no caso das *Carnes*, além do aumento das exportações, outros fatores contribuíram para o comportamento dos preços. Entre eles, destacam-se o crescimento do custo produtivo dada à elevação do preço das rações, incentivada pela maior exportação de soja e milho, e pelo fato de em 2020, os produtores brasileiros estarem ainda recompondo os seus rebanhos¹⁶, o que reduz a capacidade de oferta.

¹⁴ De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), o Distrito Federal verificou quedas sucessivas no volume de vendas nos hipermercados e supermercados de agosto a dezembro de 2020 em relação a igual mês do ano anterior.

¹⁵ Com a desvalorização do Real frente ao dólar, os produtos brasileiros tornaram-se relativamente mais baratos comparativamente aos estrangeiros. Dessa forma, houve um estímulo ao seu consumo que se traduziram em aumento das exportações.

¹⁶ Nota técnica “Em 2020, a oferta de carnes por habitante será mantida no Brasil” da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC). Disponível em: <http://abiec.com.br/>

Importante mencionar que a inflação observada no grupo de Alimentação e bebidas em 2020, esteve disseminada entre os produtos pesquisados na capital federal. No ano, o índice de difusão dos alimentos chegou a 87,3%, indicando que 69 bens, dos 79 avaliados, registraram aumento de preços.

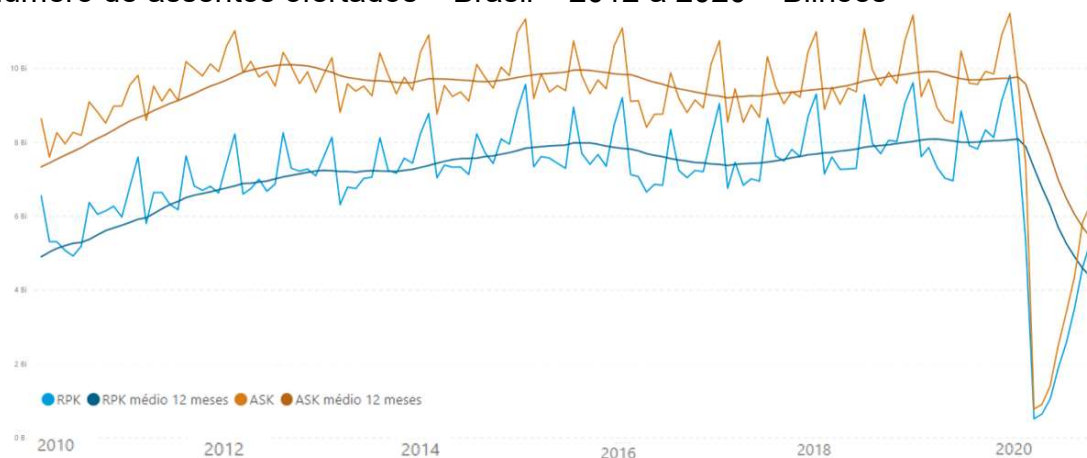
Essa alta generalizada, ajuda a entender as elevadas contribuições registradas em Lanche (+0,22 p.p.) e Refeição (+0,15p.p.), uma vez que ambas as modalidades utilizam os próprios alimentos como insumos. Assim, o aumento nos preços dos gêneros alimentícios, se traduz em crescimento dos custos produtivos para a preparação desses produtos.

Nessas circunstâncias, cabe destacar que as consecutivas altas percebidas nesse grupo, prejudicam mais intensamente as famílias de baixa renda, que investem uma maior parcela dos seus rendimentos em alimentação. Isso torna-se ainda mais evidente com a constatação do crescimento de 22,5%, entre janeiro e dezembro de 2020, no custo da cesta básica comercializada no Distrito Federal, de acordo com os dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Conforme o gasto com esses produtos aumenta, reduz-se o montante disponível para as demais despesas desses consumidores, o que contribui para desaquecer o nível de consumo local.

1.2.2. Comportamento do preço da passagem aérea

Com as restrições impostas à circulação de pessoas, as viagens, sejam intermunicipais, interestaduais ou internacionais sofreram significativa redução em 2020. E, mesmo com o movimento de recuperação iniciado em abril, não retornaram aos patamares anteriores à crise epidemiológica internacional. Isso pode ser observado no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Evolução do número de passageiros do transporte aéreo e do número de assentos ofertados – Brasil – 2012 a 2020 – Bilhões



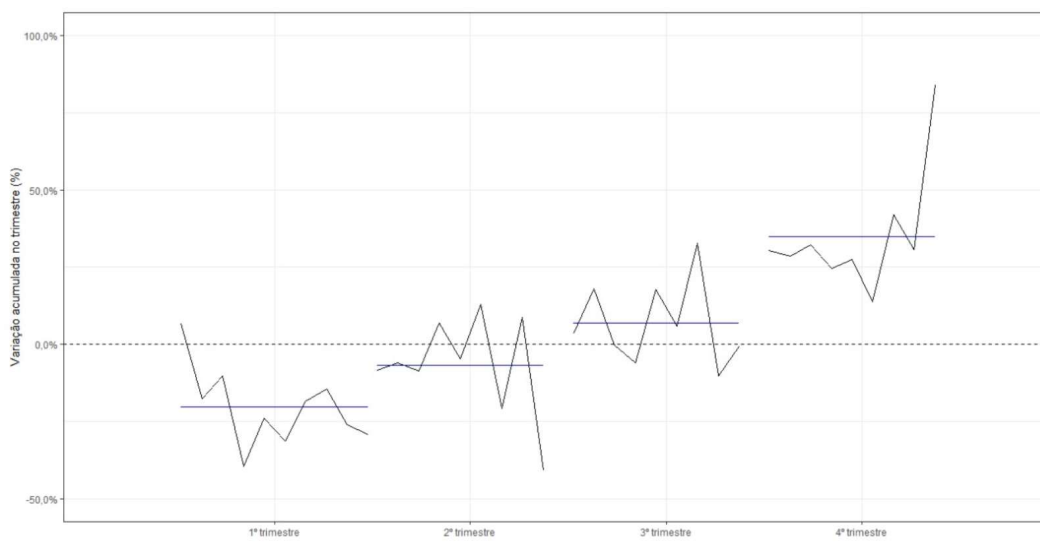
Fonte: ANAC

nota-tecnica-em-2020-a-oferta-de-carnes-por-habitante-sera-mantida-no-brasil/. Acesso em: 19.02.2021.

Nessa conjuntura, de acordo com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), a demanda por voos, mensurada pelo RPK amargou uma queda de 48,7% entre janeiro e dezembro de 2020 em relação ao ano anterior. As empresas aéreas, por sua vez, se adequaram à nova realidade, reduzindo em 47,0% a oferta de assentos (ASK) na mesma base de comparação.

Esse movimento se traduziu em preços em queda e abaixo da média trimestral registrada em anos passados no primeiro e no segundo trimestre de 2020 (Gráfico 10). No terceiro trimestre, com a retomada das viagens devido ao afrouxamento do isolamento social, a variação acumulada ficou praticamente nula, apresentando alta somente no quarto trimestre. A recuperação dos preços no período entre outubro e dezembro de 2020, foi influenciada pela sazonalidade do trimestre, marcado por tarifas aéreas mais altas com as festas de fim de ano, porém insuficientes para recuperar as perdas acumuladas no ano.

Gráfico 10 – IPCA: Decomposição por trimestres da variação acumulada da inflação da passagem aérea – Distrito Federal – 2012 a 2020 – Variação trimestral %



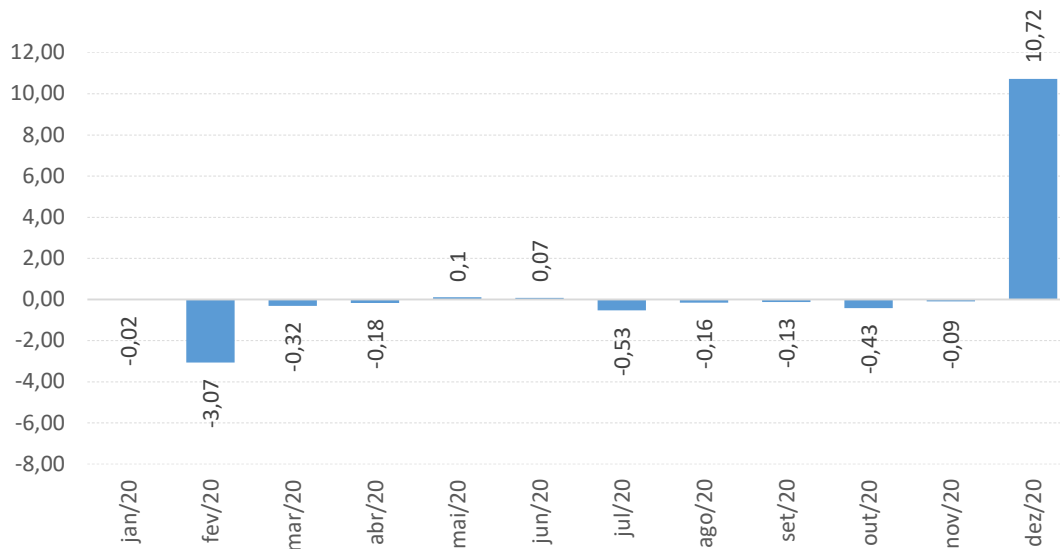
Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

1.2.3. Comportamento do preço da energia elétrica

No último trimestre de 2020, o aumento nos preços da energia elétrica chamou a atenção. Depois de anunciar que a bandeira tarifária verde¹⁷ vigoraria até o fim do ano, como uma forma de medida emergencial para aliviar a conta de luz e auxiliar o setor produtivo em meio à pandemia da COVID-19, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) precisou estabelecer a bandeira vermelha de patamar 2. Essas decisões pautaram o comportamento do preço da energia elétrica em 2020, como pode-se observar no Gráfico 11.

¹⁷ A bandeira tarifária de cor verde não prevê cobranças adicionais por quilowatt consumido.

Gráfico 11 – IPCA: Evolução da variação acumulada no trimestre da inflação da energia elétrica residencial – Distrito Federal – 2020 – %



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

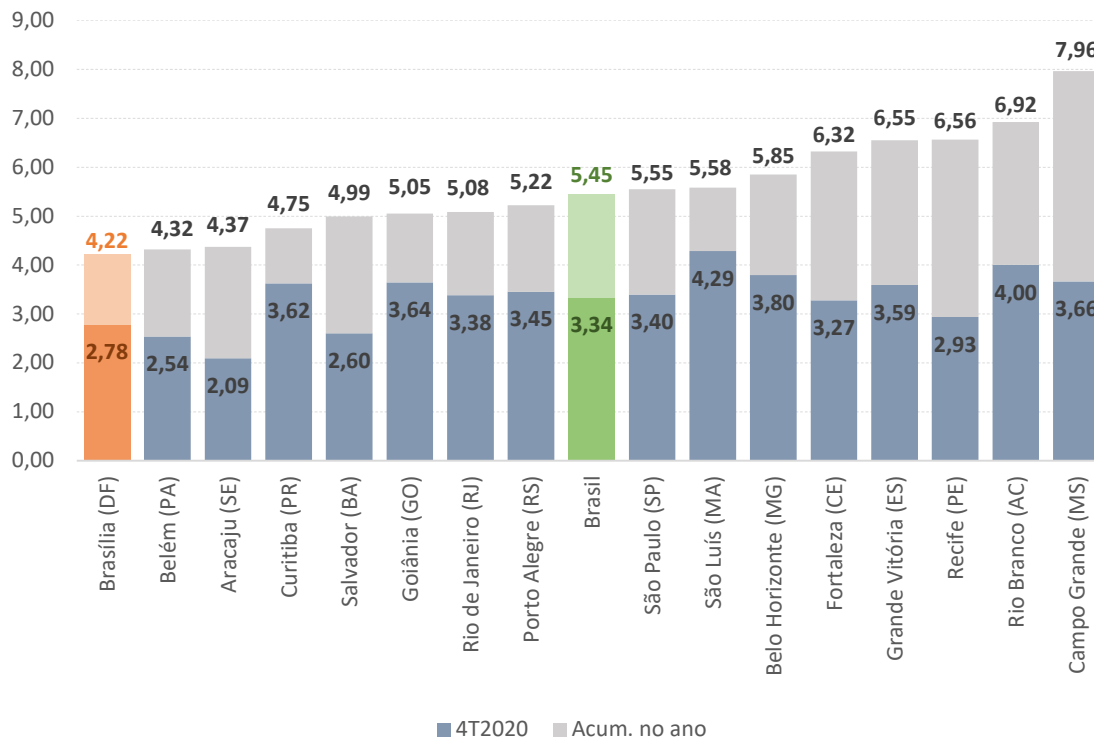
A cobrança adicional de R\$ 6,243 para cada 100 quilowatts-hora consumidos, provocou um aumento de 10,72% no preço da energia elétrica residencial, segundo os dados do IBGE. No ano, porém, a conservação do patamar verde, entre janeiro e novembro de 2020, neutralizou parte desse aumento, de forma que a variação acumulada alcançasse 5,50%.

2. Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

A inflação medida pelo INPC acelerou no último trimestre de 2020, com uma variação de 2,78% ante o incremento de 1,71% registrado no trimestre anterior (Gráfico 12). Dessa forma, o indicador, que acompanha o comportamento dos preços da cesta de consumo das famílias, com renda domiciliar entre um e cinco salários mínimos, fechou o ano em 4,22% no Distrito Federal, o menor percentual dentre as regiões pesquisadas pelo IBGE. No Brasil, a variação do quarto trimestre e a acumulada no ano ficaram em 3,34% e em 5,45%, respectivamente.

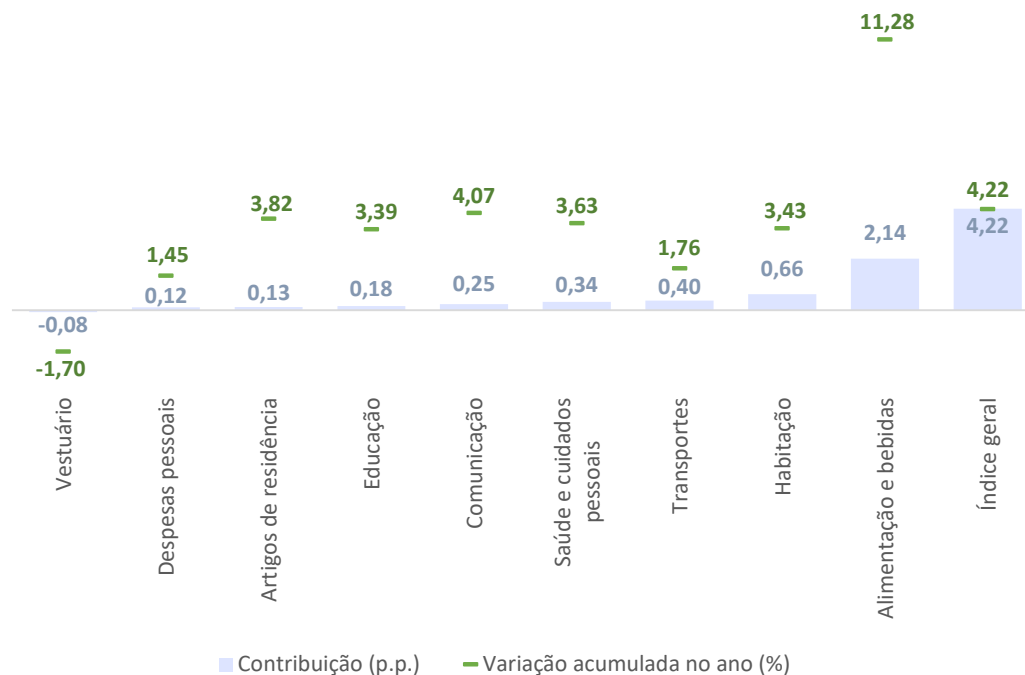
Novamente, o *Vestuário* desponta como o único grupo a observar variação negativa em 2020, contribuindo para reduzir em 0,08 p.p. o índice geral, conforme os dados apresentados no Gráfico 13. A dinâmica econômica que produziu esse resultado é a mesma explicitada na análise do IPCA, derivando de uma baixa demanda associada à uma alta oferta.

Gráfico 12 – INPC: Variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – Brasil e regiões – 4º trimestre de 2020 e acumulado no ano - %



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

Gráfico 13 – INPC: Contribuição e variação dos grandes grupos de bens e serviços para a inflação acumuladas no ano – Distrito Federal – 2020 – p.p. e %



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

A maior contribuição positiva para o resultado do ano é novamente atribuída ao grupo de *Alimentação e bebidas*, que respondeu por 50,7% da variação do INPC observada no ano ao acrescentar 2,14 p.p. ao índice geral. O impacto mais intenso que o verificado no IPCA se deve ao fato dessa categoria de produtos ter uma maior participação no orçamento das famílias de mais baixa renda. Em segundo lugar, aparece o grupo *Habitação*, que influenciado pela alta no preço da *Energia elétrica residencial*, contribuiu com 0,66 p.p. para a variação desse indicador.

Já o grupo de *Transportes*, assume a terceira posição com um incremento de 0,40 p.p. Essa mudança em relação ao ranking de contribuições do IPCA ocorre pois o item *Passagem aérea*, que teve uma queda significativa de preço em 2020, tem menor relevância e, conseqüentemente, menor peso na cesta de consumo do INPC. Dessa forma, sua colaboração para segurar a inflação dessa categoria foi menos intensa. Além disso, o maior peso do segmento *Ônibus urbano* no orçamento das famílias pesquisadas no INPC reforçou o impacto dos transportes.

Em termos de itens, é justamente o *Ônibus urbano* que figura como o serviço que mais contribuiu para a variação dos preços no Distrito Federal sendo o responsável por adicionar 0,41 p.p. ao INPC acumulado no ano (Tabela 3). Esse fato merece atenção, uma vez que o transporte público realiza um importante papel nas famílias de mais baixa renda, por permitir os deslocamentos casa-trabalho e, também, por viabilizar a procura por um novo emprego.

Tabela 3 – INPC: Itens com as maiores (azul) e menores (laranja) contribuições acumuladas no ano e suas variações para o índice – Distrito Federal – 2020 - % e p.p.

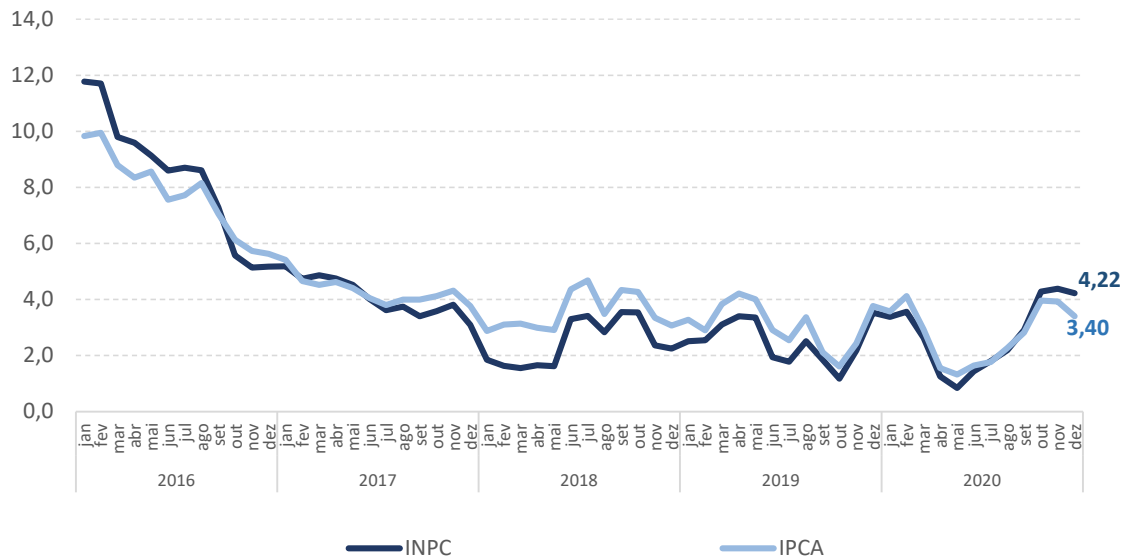
Itens do INPC	Variação acumulada no ano (%)	Contribuição (p.p.)
Ônibus urbano	10,00	0,41
Arroz	72,14	0,36
Lanche	12,86	0,22
Energia elétrica residencial	5,51	0,22
Taxa de água e esgoto	5,70	0,18
Transporte por aplicativo	-18,71	-0,03
Conserto de automóvel	-1,54	-0,03
Vestido	-6,90	-0,04
Móvel para quarto	-9,90	-0,06
Passagem aérea	-20,00	-0,19

Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

Também chamam a atenção as contribuições dadas pela *Energia elétrica residencial* (+0,22 p.p.) e pela *Taxa de água e esgoto* (+0,18 p.p.), itens essenciais para o cotidiano dos domicílios. Um maior gasto para a manutenção do domicílio reduz a capacidade de compra das famílias, contribuindo para um menor nível de consumo e, por conseguinte, retardando o processo de recuperação da atividade econômica do país.

A composição da inflação ao longo de 2020, focada em grupos de bens e serviços que pesam mais no orçamento das famílias de baixa renda, como é o caso dos alimentos e de itens relacionados à habitação, colaborou para que a variação de preços percebida pelo INPC voltasse a ficar acima daquela registrada pelo IPCA (Gráfico 14).

Gráfico 14 – INPC e IPCA: Variação acumulada em 12 meses do nível de preços – Brasília (DF) – janeiro de 2016 a dezembro de 2020 - %



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

Essa situação não é observada desde 2017 e mostra que a dinâmica dos preços em 2020 castigou mais as famílias com renda domiciliar de um a cinco salários mínimos que a maior parte da população do Distrito Federal¹⁸. Combinando essa informação com o elevado nível de desemprego da capital, é possível afirmar que a capacidade de consumo dos indivíduos foi bastante comprometida. Sua recuperação deve estar atrelada à melhora de outros indicadores produtivos, seja por meio de um aumento do nível de ocupação dos trabalhadores, ajudando a elevar o poder de compra local, ou da intensificação da atividade produtiva, contribuindo para ampliar a oferta de bens e serviços.

¹⁸ O IPCA considera as famílias que recebem de um a quarenta salários mínimos. Esse intervalo é estipulado para abarcar cerca de 90% das famílias brasileiras, ou seja, a maior parte da população nacional. No Distrito Federal, essa faixa captura 87,0% dos domicílios.

Seção IV

Mercado de Trabalho

1. Sumário

O mercado de trabalho do Distrito Federal apresentou melhora no quarto trimestre de 2020 quando comparado ao trimestre anterior, com queda da taxa de desemprego e aumento do número de ocupados.

De acordo com os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF)¹⁹, o desemprego local passou de 18,4% para 18,0%, mas poderia ter sido ainda menor se não fosse o crescimento do número de indivíduos que passaram a procurar um emprego na capital federal. Isso significou a incorporação de 47 mil pessoas na massa de ocupados. A queda do desemprego em todas as posições de ocupação, com exceção do setor público, conjuntamente com um aumento do rendimento real em todas as categorias, levou a um aumento de 2,1% na massa de rendimentos reais dos assalariados locais.

A criação de novas vagas formais de emprego é também identificada pelo Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED)²⁰, que evidenciou que o número de admissões ocorridas no Distrito Federal no quarto trimestre de 2020 excedeu o número de desligamentos em 7.986 vagas. Três dos cinco setores econômicos apresentaram saldo positivo no trimestre, com destaque o *Comércio* e os *Serviços* (+5.211 e +2.727, respectivamente), que foram severamente impactados pela pandemia do novo coronavírus no primeiro semestre do ano. A *Construção*, em função de questões sazonais, encerrou 778 postos de trabalho no trimestre.

Os dados do quarto trimestre capturam indícios de recuperação no Distrito Federal, porém, ainda são tímidos em comparação à intensidade do choque enfrentado em 2020. Dessa forma, os indicadores do mercado de trabalho ainda estão aquém dos níveis observados no período anterior à pandemia da Covid-19 e devem apresentar uma recuperação gradual em 2021, uma vez que a recuperação econômica demora a se transformar em incentivos a novas contratações.

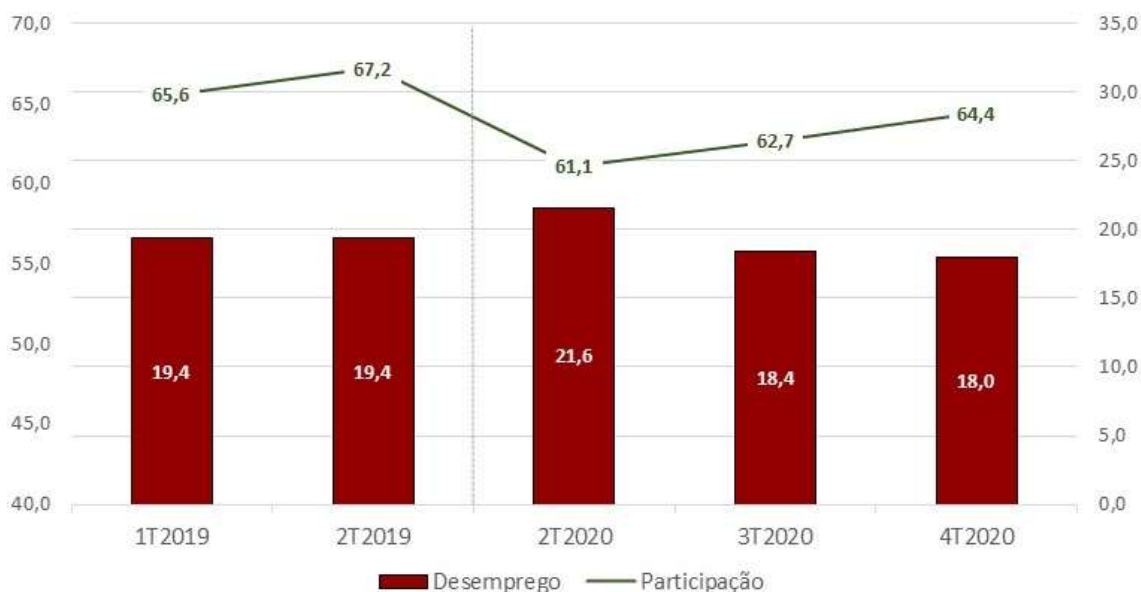
¹⁹ A PED/DF teve sua divulgação suspensa entre setembro de 2019 e março de 2020 por motivos técnicos. Nesse período, a análise do mercado de trabalho do Distrito Federal foi substituída pelas informações divulgadas pela PNADCT, ainda que essas pesquisas não sejam comparáveis, com a finalidade de manter o acompanhamento desse indicador. Com o retorno da pesquisa pela Codeplan e pelo DIEESE, foi possível reestabelecer a análise da PED.

²⁰ A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia substituiu o uso do Sistema CAGED para registro de admissões e desligamentos pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (Novo CAGED), incorporando novas fontes de dados a fim de complementar a informação de desligamentos. A mudança de metodologia ocorreu em janeiro de 2020, mas a nova série de dados só foi disponibilizada em maio do mesmo ano.

1. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/DF)

De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal (PED/DF)²¹, a taxa de desemprego distrital encerrou o ano de 2020 em 18,0%²². Esse valor representa uma redução de 0,4 pontos percentuais no indicador em relação ao trimestre anterior, reportando uma manutenção do comportamento de recuperação observado no trimestre anterior, porém com menor intensidade.

Gráfico 1 – PED/DF – Taxa de desocupação e de participação (%) – 4º trimestre de 2018 a 3º trimestre de 2020* – Distrito Federal



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio Codeplan-DIEESE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

*Não houve divulgação da PED entre setembro de 2019 e março de 2020.

Apesar da melhora do indicador no período, esse resultado ainda equivale a 291 mil pessoas desocupadas no Distrito Federal e se encontra acima da média histórica para a taxa de desemprego do quarto trimestre, que é de 15,6% entre 2012 e 2020²³. O desalento²⁴, situação na qual as pessoas, diante das perspectivas conjunturais, optam por não procurar emprego, também é

²¹ A PED/DF é uma pesquisa desenvolvida pela Codeplan, em parceria com o Departamento Sindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE), e possui metodologia própria a fim de melhor captar as realidades do mercado de trabalho local. Assim, seus resultados não são simétricos a outras pesquisas voltadas ao mesmo tema, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADCT).

²² Essa seção tem como foco apenas o resultado do 4º trimestre do ano, não sendo realizadas análises dos resultados da PED para o acumulado no ano de 2020. Essa escolha ocorre uma vez que não houve divulgação da PED no último trimestre de 2019, impossibilitando as devidas comparações.

²³ Estão excluídos da análise os anos de 2013 e 2019, quando não houve divulgação da PED no quarto trimestre.

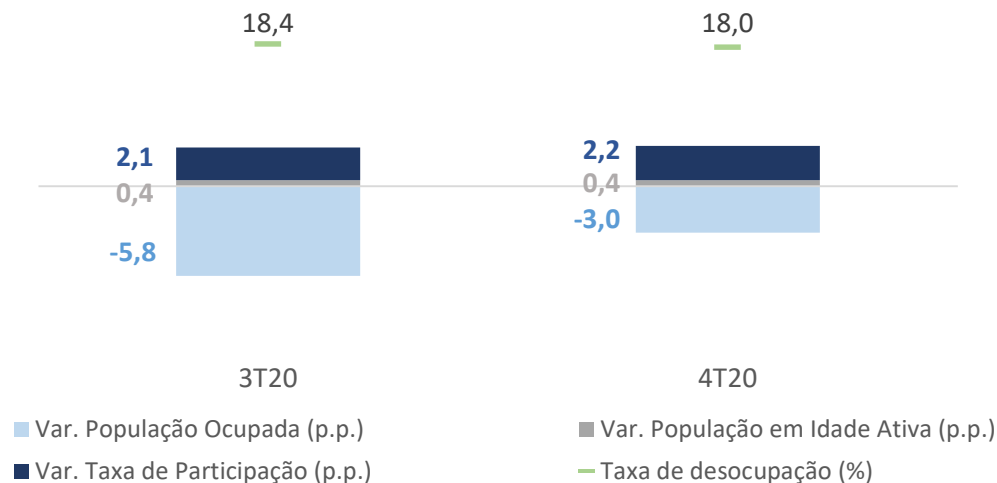
²⁴ O desalento está associado à decisão de permanecer fora da força de trabalho pela falta de perspectivas de se conseguir um emprego diante da falta de opções (fatores conjunturais), mas existem outros motivos que levam um indivíduo a não procurar emprego estando na idade apropriada para tal, como estudo, aposentadoria, ou aquele que opta por não trabalhar, mesmo havendo oportunidade.

significativo na região, sendo observado na taxa de desemprego oculto que estava em 2,9% no último trimestre do ano. Além disso, cerca de 893 mil pessoas em idade de trabalhar escolheram permanecer fora da força de trabalho no quarto trimestre de 2020. Com isso, a taxa de participação registrada (porcentagem da população em idade ativa que procurou trabalho nos últimos 30 dias) ficou em 64,4%. Novamente, o resultado é superior ao do trimestre anterior, quando foi de 62,7%, porém inferior à sua média histórica, de 65,5%.

A maior contribuição para a queda da taxa de desemprego veio do aumento da população ocupada que, conforme mostrado no Gráfico 2, contribuiu para o redução da taxa de desocupação em 3,0 p.p. Em outras palavras, caso houvesse se configurado apenas a variação na população ocupada observada entre o quarto e o terceiro trimestres de 2020, com todos os demais mecanismos do mercado de trabalho se mantendo constantes, a taxa de desocupação seria três pontos percentuais abaixo da realizada no trimestre anterior.

No entanto, essa redução da taxa de desemprego não se concretizou de forma mais acentuada tanto pelo simples crescimento demográfico da população em idade ativa, que gera naturalmente um aumento da oferta de mão de obra e contribuiu para elevar em 0,4 p.p. o nível de desemprego, quanto pela expansão da taxa de participação ressaltada anteriormente. Com mais indivíduos passando a procurar trabalho, houve uma pressão na taxa de desocupação do quarto trimestre de 2020 de 2,2 p.p. em relação ao terceiro trimestre do ano, de forma que a variação observada na taxa de desocupação foi de apenas 0,4 p.p.

Gráfico 2 – PED/DF – Decomposição da variação na taxa de desocupação (p.p.) e taxa de desocupação²⁵ (%) – Trimestre em relação ao trimestre anterior* – Distrito Federal



* Não houve divulgação da PED no quarto trimestre de 2019 ou no primeiro trimestre de 2020, de forma que não é possível decompor a variação na taxa de desocupação do primeiro e segundo trimestres de 2020.

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio Codeplan-DIEESE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

²⁵ É possível que haja pequenas discrepâncias entre o somatório das contribuições dos indicadores e a variação total da taxa de desocupação. Essas diferenças resultam apenas do arredondamento dos valores, não impactando a análise do mercado de trabalho.

No que se refere à posição de ocupação dos trabalhadores, verifica-se que houve uma expansão generalizada em quase todas as ocupações entre o quarto e o terceiro trimestre de 2020. As únicas exceções foram o *Setor público*, que empregou 14 mil pessoas a menos no trimestre (-4,6%), e as *Demais posições*, que se mantiveram constantes na análise. Houve um crescimento do *Setor privado* com carteira de 6,8% no último trimestre do ano. Esse resultado representa 33 mil pessoas ocupadas a mais em relação ao trimestre anterior, sendo o setor de maior participação do resultado total líquido no período (+47 mil vagas).

A expansão observada no número de ocupados se configurou também no número de trabalhadores autônomos (+7,1%, ou 16 mil ocupados) e de empregados sem carteira assinada (+7,7%, ou 7 mil ocupados). Essas categorias possuem por natureza menor cobertura de mecanismos de proteção social, como FGTS, INSS e seguro-desemprego, de forma que esse resultado, embora positivo, ilustra um pouco a fragilidade que ainda permeia o mercado de trabalho local após meses de paralisação comercial em função da pandemia do novo coronavírus. Ainda assim, é importante destacar que o aumento do número de ocupados é indicativo de um aumento na confiança das empresas de que há demanda por seus produtos, sinalizando uma recuperação da economia distrital.

Quanto ao rendimento real médio desses trabalhadores, houve um crescimento de 2,1% no indicador, entre os assalariados locais, entre o terceiro e quarto trimestre do ano, encerrando o período em R\$ 4.498. Esse aumento se configura apesar do crescimento da participação do setor privado sem carteira assinada e do trabalho autônomo no mercado de trabalho local, posições cujo rendimento é historicamente inferior aos ocupados no setor público.

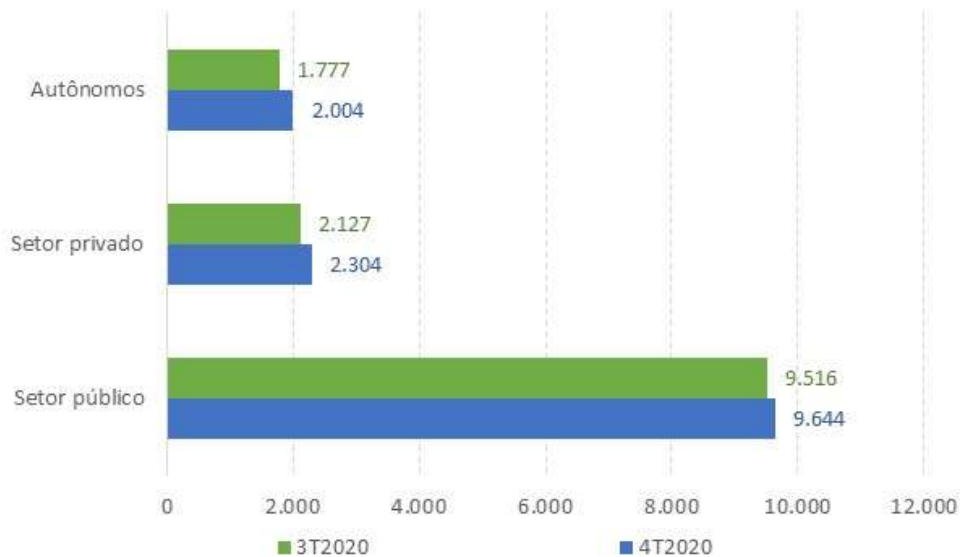
Tabela 1 – PED/DF – Comportamento do mercado de trabalho – 3º trimestre de 2020 e 4º trimestre de 2020 – Distrito Federal

	3º trimestre 2020	4º trimestre 2020	Variação %	Variação absoluta
Indicadores (em mil pessoas)				
População				
Em idade de trabalhar (PLA)	2.495	2.506	0,4%	11
Na força de trabalho (PEA)	1.564	1.612	3,1%	48
Ocupada	1.275	1.322	3,7%	47
Desocupada	288	291	1,0%	3
Fora da força de trabalho (Inativos)	931	893	-4,1%	-38
Posição na ocupação				
Empregado no setor privado com carteira	482	515	6,8%	33
Empregado no setor privado sem carteira	91	98	7,7%	7
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	303	289	-4,6%	-14
Autônomo	225	241	7,1%	16
Empregado doméstico	70	75	7,1%	5
Demais posições	104	104	0,0%	0
Taxas (em pontos percentuais)				
Taxa de desocupação	18,4	18,0	-	-0,4
Taxa de participação na força de trabalho	62,7	64,4	-	1,7
Rendimento médio real (em reais)				
Assalariados	4.404	4.498	2,1%	94

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio Codeplan-DIEESE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

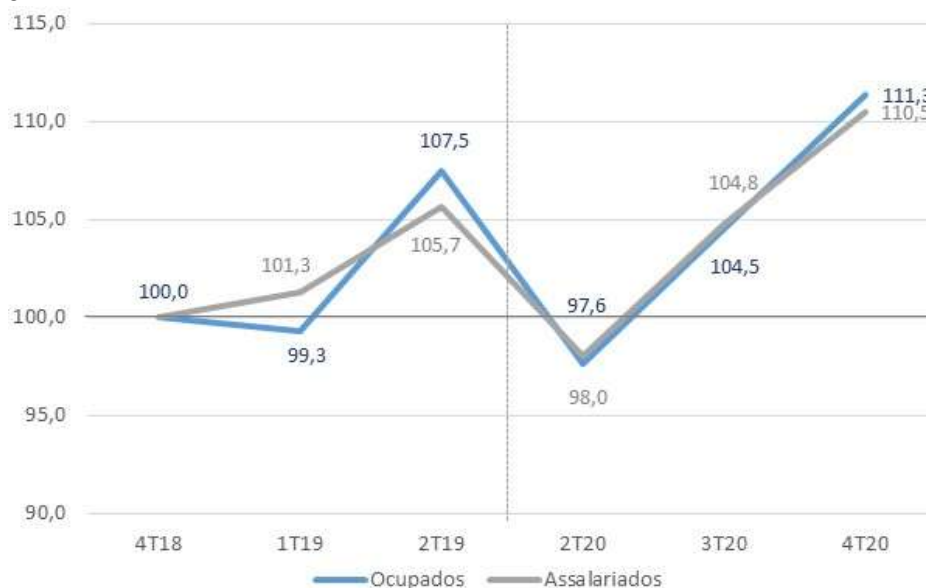
Isso ocorreu devido ao crescimento da remuneração média em todas as posições na ocupação em relação ao trimestre anterior, apresentando variação de +1,3% no setor público, +8,3% no setor privado e +12,8% entre os trabalhadores autônomos. Esses resultados, conjuntamente com o aumento do número de ocupados no período, apontam indícios de recuperação do nível e padrão de consumo da população local.

Gráfico 3 – PED/DF – Rendimento médio real, por posição na ocupação – 3º trimestre de 2020 e 4º trimestre de 2020 – Distrito Federal



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio Codeplan-DIEESE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

Gráfico 4 – PED/DF – Evolução da massa de rendimentos reais – Número-índice (base: 4º trimestre de 2018 = 100) – 4º trimestre de 2018 a 4º trimestre de 2020* – Distrito Federal



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio Codeplan-DIEESE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

*Não houve divulgação da PED entre setembro de 2019 e março de 2020.

Assim, a massa de rendimentos do Distrito Federal cresceu entre o quarto trimestre de 2020 e o trimestre anterior. Na análise em número-índice (utilizando o último trimestre de 2018 como base), a massa de rendimentos dos ocupados locais avançou 6,8 p.p. e a dos assalariados 5,7 pontos percentuais.

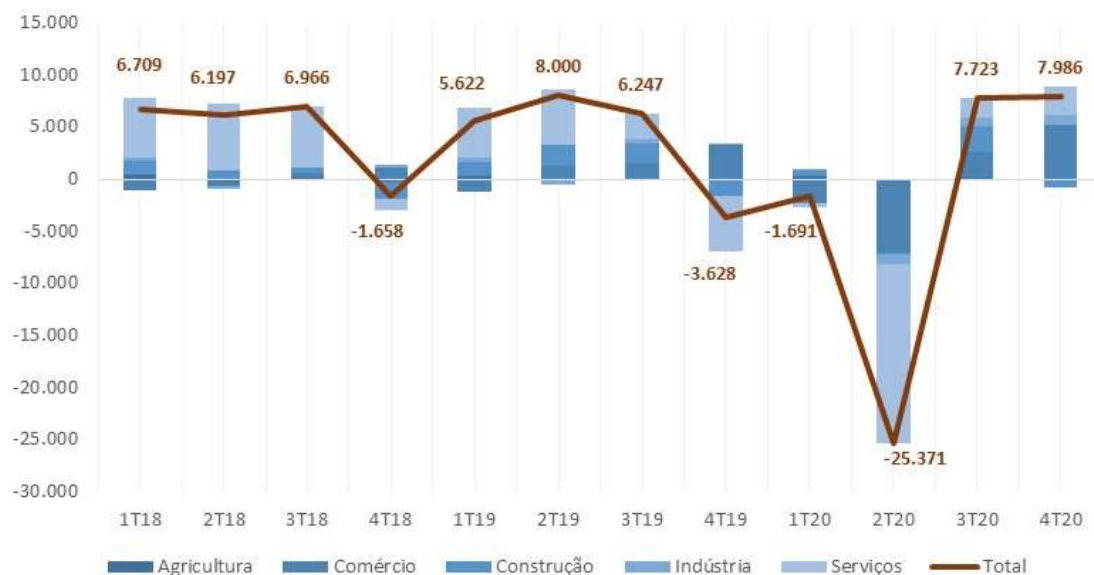
2. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED

As estatísticas do emprego formal do Distrito Federal e de todos os estados brasileiros passaram, no ano de 2020, a ser divulgadas pelo Novo CAGED, que utiliza o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED – antigo) e as informações do Empregador Web para gerar os dados sobre o mercado de trabalho.

Resultados do 4º trimestre de 2020

De acordo com o Novo CAGED, no Distrito Federal, o número de novas contratações no quarto trimestre de 2020 superou o de desligamentos, gerando um saldo positivo de 7.986 empregados com carteira assinada²⁶. Foi o segundo trimestre consecutivo a apresentar resultados positivos no ano, com desempenho semelhante ao período anterior, quando o resultado foi de 7.723 novas postos de emprego.

Gráfico 5 – CAGED – Saldo entre admitidos (+1) e desligados (-1), por grandes setores – 1º trimestre de 2018 a 4º trimestre de 2020 – Distrito Federal



Fonte: CAGED/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

²⁶ Dados extraídos no dia 17 de fevereiro de 2021.

Três dos cinco setores de atividade econômica criaram postos de emprego formal no trimestre. O *Comércio* e os *Serviços*, setores de importante participação na economia local e fortemente impactados pelas medidas de combate ao novo coronavírus, encabeçaram a geração de novas vagas. O primeiro gerou 5.211 novos empregos enquanto o segundo foi responsável por 2.727 vagas. Esses resultados são importantes em função das contrações intensas observadas nos segmentos ao longo do primeiro semestre de 2020, acumulando saldos de -9.275 e -17.696 empregos formais, respectivamente. A *Indústria* (+912 vagas) fecha os saldos positivos do trimestre.

Pelo lado dos setores que apresentaram contrações no período, deve-se destacar que a *Construção*, segmento importante dado seu grande potencial como dinamizador da economia local, exibe tradicionalmente retração no último trimestre do ano, em função de grande número de encerramentos de contratos temporários no mês de dezembro²⁷. Dessa forma, o saldo de -778 vagas no segmento é natural para o período, tendo sido maior do que no quarto trimestre dos anos anteriores (-1.487 postos em 2019 e -1.563 postos em 2018). Finalmente, a *Agricultura* apresentou saldo de -86 vagas de trabalho formal no último trimestre de 2020.

Gráfico 6 – CAGED – Saldo entre admitidos (+1) e desligados (-1), por seção da CNAE – 4º trimestre de 2020 – Distrito Federal



Fonte: CAGED/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

²⁷ Esse comportamento é observado também no segmento *Educação* e é examinado em maior detalhe na Nota Técnica "O resultado do CAGED para o Distrito Federal em dezembro de 2017", de fevereiro de 2018. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/O-Resultado-do-CAGED-para-o-Distrito-Federal-em-dezembro-de-2017.pdf>

Detalhando a contribuição das atividades econômicas para o desemprego local, observa-se, no último trimestre de 2020, que os segmentos que tiveram maior impacto positivo foram os de *Comércio*, mencionado previamente, de *Atividades administrativas e complementares* (1.527 vagas) e de *Transporte, armazenagem e correio* (1.029 vagas). Destacam-se também os serviços de *Alojamento e alimentação*, que apresentaram no quarto trimestre seu primeiro saldo positivo no ano, com a criação de 867 postos de emprego.

Por outro lado, os serviços de *Informação e comunicação* encerraram 1.000 postos de trabalho no trimestre, sendo o segmento com o resultado mais negativo no período. A *Educação* (-870 vagas) e a *Construção* (-778 vagas), em função de questões sazonais de fim de ano, também apresentaram saldos bastante negativos no trimestre.

Resultados acumulados no ano

No acumulado no ano de 2020, os resultados positivos observados ao longo do segundo semestre do ano não foram suficientes para compensar as retrações apresentadas no primeiro. Assim, o saldo de empregados formais no Distrito Federal foi de -11.353 em 2020, o terceiro saldo anual negativo na série histórica do indicador, iniciada em 2004. O valor representa pouco mais de dois terços de todo o saldo de trabalhadores formais acumulado no ano anterior, quando foi de 16.241 empregados.

Gráfico 7 – CAGED – Saldo entre admitidos (+1) e desligados (-1), por grandes setores, acumulado no ano – 2004 a 2020 – Distrito Federal



Fonte: CAGED/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

Entre os setores de atividade econômica destacam-se os *Serviços* (-13.099 vagas no ano) e o *Comércio* (-1.530 vagas), setores de grande participação na economia local e que foram afetados contundentemente pela pandemia do novo coronavírus. Os demais setores apresentaram saldo positivo no ano: 2.119 vagas na *Construção*, 1.006 na *Indústria* e 151 na *Agricultura*.

Já a análise dos segmentos de atividade econômica traz destaques um pouco diferentes. Apenas oito dos 21 segmentos apresentaram saldo positivo em seu número de empregos formais em 2020, corroborando o resultado negativo no ano destacado anteriormente.

O segmento *Saúde humana e serviços sociais*, em função das necessidades impostas pela pandemia do novo coronavírus, foi o principal gerador de novos postos no período, com um saldo de 7.386 vagas de empregos formais. O valor foi mais do que o triplo do próximo segmento de maior saldo, a *Construção* que, apesar do resultado negativo sazonal no último trimestre do ano, ainda acumulou saldo positivo de 2.119 novos postos de trabalho em 2020.

O comportamento contrário pode ser observado nos serviços de *Alojamento e alimentação*, cujo saldo positivo no quarto trimestre não foi capaz de reverter as grandes perdas observadas ao longo do restante do ano, de forma que o segmento encerrou 9.460 postos de trabalho no período.

Gráfico 8 – CAGED – Saldo entre admitidos (+1) e desligados (-1), por seção da CNAE – Acumulado no ano de 2020 – Distrito Federal



Fonte: CAGED/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

3. Seguro-Desemprego

Os dados dos requerentes do seguro-desemprego servem como um indicador auxiliar do mercado de trabalho. Por meio desse indicador, é possível perceber que, em 2020, o número médio de pedidos do benefício trabalhista foi 9,3% maior ao observado no ano anterior (Gráfico 9).

Em grande parte, esse comportamento é devido aos nítidos picos nos meses de abril e maio – os primeiros meses após o fechamento dos estabelecimentos comerciais distritais – alcançando os valores historicamente altos de 9.246 e 9.181 requerimentos, respectivamente. Os meses consecutivos, porém, registraram um gradual recuo do número de requerentes no Distrito Federal, de forma que os três últimos meses de 2020 apresentaram valores abaixo dos observados nos mesmos meses de 2019. Assim, quando considerados apenas os pedidos feitos no quarto trimestre, o saldo foi de 12.154 pedidos, em 2020, ante 13.923 registrados no ano anterior. Isso representa uma contração de 12,7%.

Gráfico 9 – Seguro-desemprego – Número mensal de requerentes e médias anuais – janeiro de 2019 a dezembro de 2020 – Distrito Federal



Fonte: Painel de Informações do Seguro-Desemprego/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

A queda no número de solicitações do seguro-desemprego pode estar associada a dois fatores que se reforçam mutuamente. O primeiro diz respeito à elevada taxa de desemprego observada ao longo do ano de 2020 já mencionada anteriormente. Como a quantidade de desligamentos esteve focada nos meses subsequentes à imposição de restrições ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais, os trabalhadores que tinham direito ao benefício

trabalhista deram entrada no pedido também nesse período. Conforme a situação se estabilizou, isso refletiu no número de requerimentos do seguro.

Já o segundo fator está associado ao processo de flexibilização das medidas adotadas para combater a pandemia. Com o aumento da atividade produtiva no mercado local, houve desestímulo a novos desligamentos e, conseqüentemente, uma redução dos indivíduos que faziam jus ao seguro.

A análise conjunta de todos os indicadores do mercado de trabalho do Distrito Federal mostra o retrato completo de um ano cercado de circunstâncias muito atípicas. Resumidamente, o que se observa é que, após um primeiro momento em que houve a suspensão de praticamente todas as atividades econômicas não essenciais, ao longo do ano de 2020, essas restrições foram sendo flexibilizadas de tal forma que, no segundo semestre, foram poucos os segmentos que ainda estavam operando sob medidas restritivas.

Por causa dessa gradual liberalização das atividades econômicas, os indicadores do mercado de trabalho registraram indícios de recuperação no Distrito Federal. Porém, os números foram tímidos em comparação à intensidade do choque enfrentado pelos Comércio e Indústria em função da pandemia. Dessa forma, os níveis de ocupação e de participação ainda estão aquém dos observados em anos recentes e devem se manter assim em 2021, uma vez que a recuperação econômica demora a se transformar em incentivos a novas contratações.

Ainda assim, cabe mencionar que, por meio da redução do poder aquisitivo associada à perda da ocupação, o desemprego tem implicações desfavoráveis sobre o nível de atividade da economia local que, por sua vez, reforça o número de desligamentos. Assim, ressalta-se a importância dos indícios de recuperação do mercado de trabalho do Distrito Federal observados ao longo do quatro trimestre do ano.

4. Indicadores de Contratos de Trabalho Intermitente

Esta seção estuda o comportamento dos contratos trabalhistas de natureza intermitente no Distrito Federal ao longo do ano de 2020.

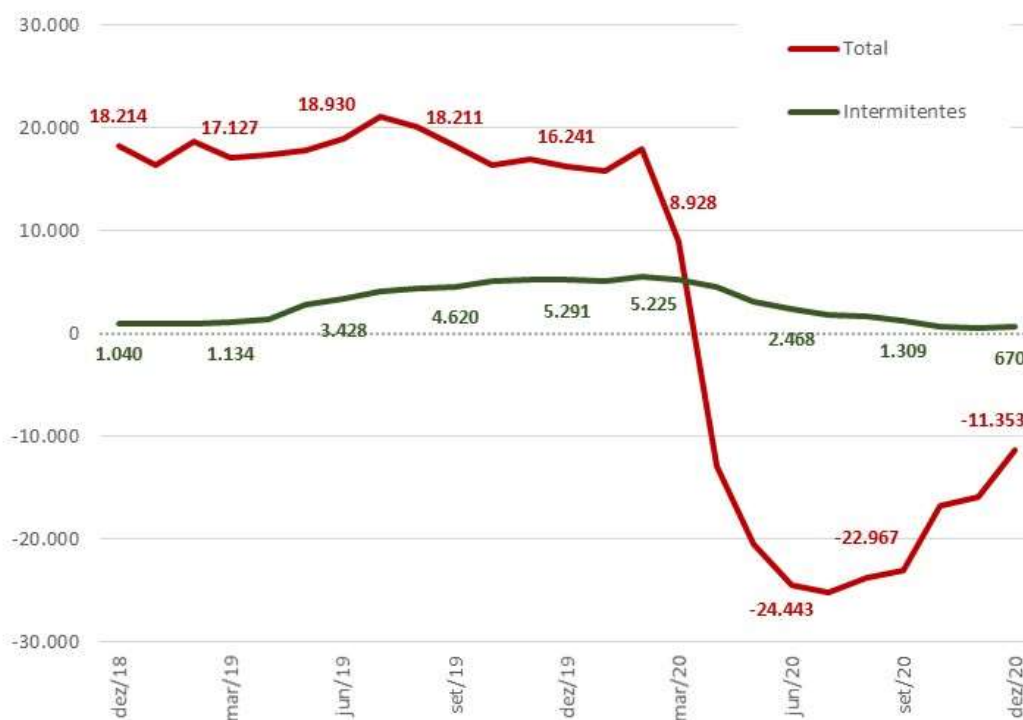
Regularizada pela Lei 13.467, de 13 de julho de 2017²⁸, a modalidade de trabalho intermitente descreve vínculo empregatício com prestação de serviços de forma não contínua, sendo remunerado apenas o período trabalhado. Tal medida se propaga no mercado de trabalho preponderantemente de duas formas: uma, mediante a criação de novos postos de emprego, dado os menores custos e maior flexibilidade para os empregadores e, outra, por meio da substituição de vínculos contínuos por vínculos intermitentes, levando à destruição dos primeiros.

²⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm.

Os contratos de trabalho intermitentes, por serem menos custosos aos empregadores, têm potencial de estimular a absorção de mão de obra no mercado de trabalho, idealmente se transformando em vínculos permanentes conforme a economia local recupere seu vigor. Dadas as dificuldades impostas aos comerciantes e empresas em função da pandemia do novo coronavírus ao longo do ano de 2020, torna-se interessante analisar o comportamento dessa modalidade de trabalho no período.

Em dezembro de 2019, o saldo acumulado em 12 meses entre admitidos e desligados em empregos formais, segundo dados do Ministério da Economia, foi de 16.241 postos de trabalho no Distrito Federal (Gráfico 10). Esse indicador apresentou queda brusca a partir de março de 2020, encerrando o primeiro trimestre do ano em 8.928 e o segundo em -24.443, antes de começar a apontar sinais de recuperação, fechando o ano em -11.353 vagas de emprego formal.

Gráfico 10 – CAGED – Saldo entre admitidos (+1) e desligados (-1), por tipo de contrato – Saldo acumulado em 12 meses – dezembro de 2018 a dezembro de 2020 – Distrito Federal



Fonte: CAGED/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

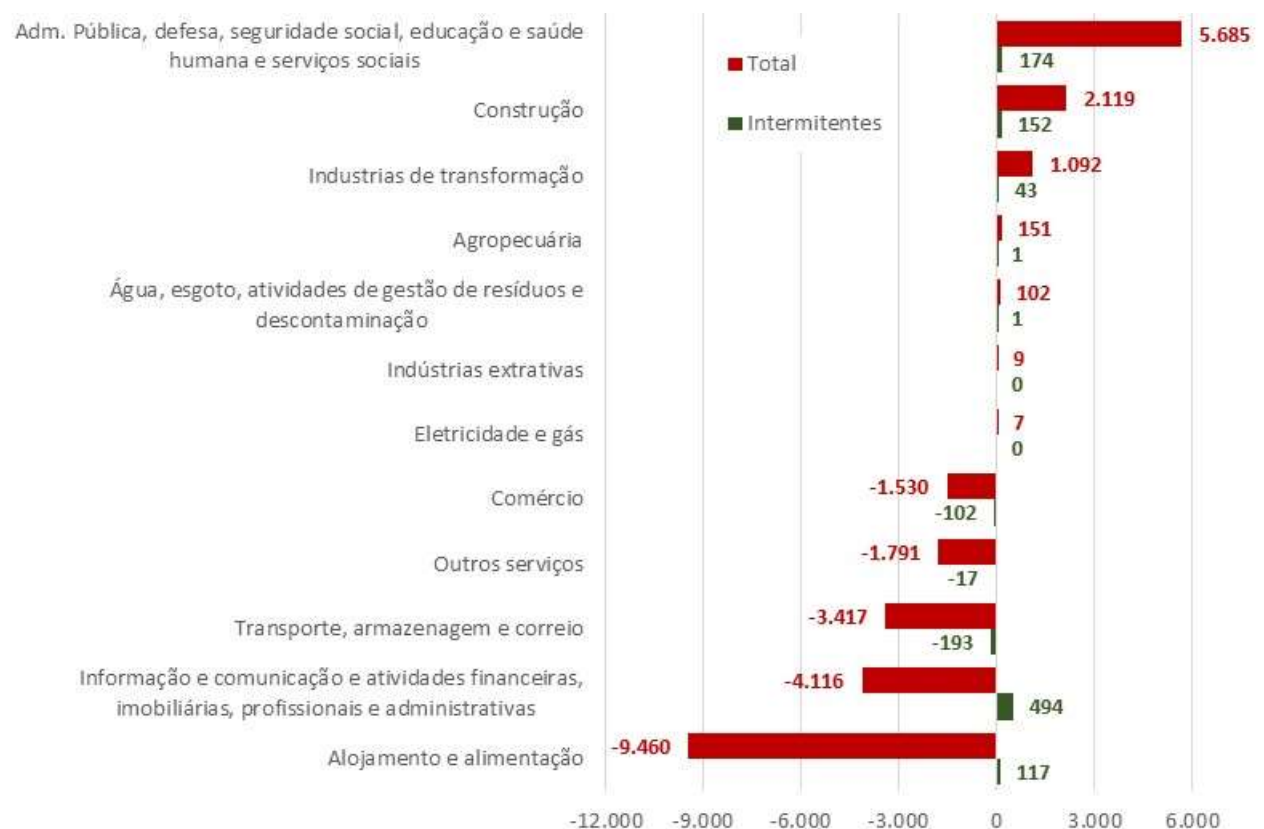
Quando examinados apenas os contratos de natureza intermitente, observa-se que o indicador acumulado em 12 meses apresentou um comportamento distintamente menos contracionista ao longo de 2020. O saldo de empregados em contratos intermitentes manteve-se estável entre o quarto trimestre de 2019 e o primeiro de 2020, passando de 5.291 para 5.225 postos de emprego, e, apesar de apresentar consecutivas retrações ao longo do ano, encerrou 2020 ainda com saldo positivo de 670 vagas de trabalho.

Assim, os contratos de emprego intermitente se destacam por sua resiliência em face às condições adversas enfrentadas pelo mercado de trabalho distrital perante a pandemia do novo coronavírus, indicando que a maior flexibilidade para o empregador dessa modalidade empregatícia se traduz de alguma forma em uma maior manutenção dos contratos de seus funcionários.

O resultado positivo desse tipo de contrato no ano se protagonizou principalmente dentro dos serviços de *Informação e comunicação e atividades financeiras, imobiliárias etc.*, onde o saldo de contratos intermitentes foi de 494 vagas de emprego (Gráfico 11). Conjuntamente com os serviços de *Alojamento e alimentação* (+117 postos), esses dois segmentos se destacaram por apresentar sinais opostos em relação ao saldo total de postos de trabalho registrado pelo CAGED, de -4.116 vagas e -9.460 vagas, respectivamente.

Os maiores saldos negativos dentro dos contratos de natureza intermitente no ano foram observados nos serviços de *Transporte, armazenagem e correio* (-193 vagas de trabalho) e de *Comércio* (-102 vagas). Em ambos os casos, o resultado total também foi negativo.

Gráfico 11 – CAGED – Saldo entre admitidos (+1) e desligados (-1), por tipo de contrato e seção CNAE – Saldo acumulado em 2020 – Distrito Federal



Fonte: CAGED/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

Considerações finais

O ano de 2020 foi de grandes desafios para a economia. Diante da persistência da crise de saúde mundial, o remédio adotado para controlar a disseminação da COVID-19 produziu efeitos colaterais negativos sobre o nível de atividade produtiva ao impor obstáculos ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais, à prestação de serviços e à circulação de pessoas. Nesse cenário, o desempenho dos mercados esteve bastante atrelado à trajetória do número de novos casos e de mortes de forma que, quando esses caíram, havia incentivo a uma maior flexibilização das restrições e, conseqüentemente, à expansão da oferta e da demanda locais, favorecendo o bom desempenho dos indicadores econômicos.

Com o recrudescimento da pandemia e o fim dos auxílios financeiros emergenciais concedidos à população e às empresas, porém, as incertezas voltaram a permear as expectativas dos agentes econômicos. A inerente falta de previsibilidade impossibilita a realização de exercícios para estimar os resultados macroeconômicos futuros. Dessa forma, resta a possibilidade de analisar a performance dos mercados a fim de traçar algumas hipóteses e considerações sobre o que esperar da trajetória da economia local nos próximos trimestres.

A atividade econômica, que vinha em uma trajetória de gradual recuperação, pode sofrer revés com a perda de mobilidade e da capacidade produtiva em função do surgimento de novas cepas da COVID-19 e o aumento do número de casos no Brasil e no mundo. Outro ponto que deve atuar para arrefecer o ritmo de crescimento econômico é o término do pagamento dos auxílios emergenciais concedidos pelos governos federal e distrital, fator que foi de extrema importância na sustentação do consumo das famílias. A duração e a extensão dos efeitos negativos dependerão do ritmo de avanço da campanha de imunização brasileira e da rapidez com que um novo benefício financeiro seja adotado, bem como o seu valor.

O impacto sobre as contas públicas também desempenhará relevante papel nos caminhos da economia ao longo de 2021. A outorga de incentivos elevou o déficit primário do país de forma que o seu prolongamento tende a piorar a trajetória de austeridade fiscal e acrescenta novos riscos à conjuntura. Em termos de política monetária, o Banco Central do Brasil (BCB) sinalizou que o viés altista dos preços requer um processo de normalização do grau de estímulo. Assim, o Comitê de Política Monetária (COPOM) decidiu alterar a forma como conduz os instrumentos de expansão da base monetária²⁹. Isso pode significar uma

²⁹ Na reunião de janeiro de 2021, o Comitê decidiu interromper o *forward guidance*, mecanismo no qual determinava o grau de estímulo monetário com base em três condições: o regime fiscal, a inflação de longo prazo e a expectativa de inflação. Assim, ele é considerado uma ferramenta de política monetária usada pelo Banco Central com o fim de sinalizar a taxa de juros de determinado período e guiar a economia de forma que a expectativa seja atendida.

elevação paulatina da taxa de juros da economia brasileira, a Taxa Selic, e uma possível redução do ritmo de consumo e de investimentos.

Diante do exposto, é possível inferir que a demanda interna, que se encontra deprimida, deva contrair-se ainda mais no início de 2021. Isso porque, com a suspensão das transferências diretas do governo federal a título de auxílio emergencial, muitas famílias deixarão de ter recursos para manter o consumo de bens e serviços essenciais, enquanto a interrupção do ciclo de estímulo monetário elevará o custo de contratação de crédito, constituindo-se em nova barreira, para pessoas físicas e jurídicas, à realização de despesas.

Outro fator que deve colaborar para comprimir o poder aquisitivo da população local é o alto nível de desemprego. Apesar da melhora dos indicadores do mercado de trabalho no último semestre de 2020, a intensificação do contágio no Brasil e no Distrito Federal demandou o retorno das ações restritivas ao comércio e à circulação de pessoas. Essas medidas devem pesar negativamente sobre as expectativas dos empregadores, que devem oferecer menos vagas ou, em caso extremo, ter de dispensar os funcionários contratados, e dos trabalhadores, cujas perspectivas de conseguir uma colocação diminuem.

Assim, a análise de que o patamar de emprego deve permanecer abaixo do registrado antes da crise de saúde ainda prevalece. Da mesma forma, a composição das ocupações deve privilegiar o trabalho informal e os temporários, cuja remuneração é relativamente inferior ao do trabalho formal, reforçando a queda na massa salarial da região.

O comportamento dos preços, por sua vez, é ainda mais incerto, uma vez que existem duas forças antagônicas atuando para pressioná-los para cima e para baixo. A tendência inflacionista está presente no alerta do BCB³⁰ sobre o recente aumento de preço de commodities internacionais e sua influência no preço dos alimentos e combustíveis no mercado brasileiro, elevando as projeções de inflação. Em contrapartida, as expectativas de menor demanda atuam para minimizar a pressão sobre os preços. Dessa forma, as projeções indicam que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve ficar acima da meta estabelecida para 2021 (3,75%), mas dentro das bandas de flutuação e convergir para a meta em 2022 (3,50%)³¹.

A avaliação realizada orienta a conclusão de que a pandemia continua a impactar negativamente os indicadores socioeconômicos no cenário externo, nacional e do Distrito Federal, impondo obstáculos a uma recuperação mais robusta do nível de atividade econômica. O momento, no entanto, se difere daquele verificado no primeiro semestre de 2020 pelo fato de que, agora, há vacina para ajudar a enfrentar a pandemia. Assim, é factível esperar que a intensidade dos efeitos sobre a economia seja menor.

³⁰ Ata COPOM da 236ª Reunião, realizada nos dias 18 e 19 de janeiro de 2021.

³¹ Relatório de mercado Focus de 05 de março de 2021.